



JOÃO PAULO MENDES FURTADO

Evolução da Educação em Cabo Verde

antes e depois da Independência



Praia, Setembro de 2008

João Paulo Mendes Furtado

Evolução da Educação em Cabo Verde
antes e depois da independência

Trabalho Científico apresentado no Instituto Superior de Educação para a obtenção do grau de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica, sob a orientação do Dr. João Gomes Cardoso.

Praia, Setembro de 2008

João Paulo Mendes Furtado

Evolução da Educação em Cabo Verde
antes e depois a independência

Aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Presidente do Instituto Superior da educação, com requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica

O Júri

Cidade da Praia, _____ de _____ de 2008

“Toda a sociedade que não é iluminada pelos filósofos é enganada pelos

Charlatães”

(CODORCET, citado por Ricardo Paseyro

In “Ensaio sobre a Incultura Letrada”)

ÍNDICE

Introdução	8
Capítulo I - Educação na era colonial	
1.1- Quadro institucional da educação	10
1.2- Organização e funcionamento do sistema educativo	18
• Organização curricular e o sistema de avaliação	
• Infra-estruturas, estabelecimentos de ensino e professores	
1.3- Alguns indicadores da evolução da educação na época colonial	20
1.4- A percepção social da educação	21
Capítulo II - Educação na era pós-colonial	
2.1- Os objectivos do sistema educativo	23
2.2- Organização e funcionamento do sistema educativo	26
• Níveis de ensino e respectivas missões	28
• Organização curricular e sistema de avaliação	33
• Infra-estruturas, estabelecimentos ensino e corpo docente	34
2.3- Alguns indicadores da evolução da educação no período entre 1975 e 2005	35
2.4 - A percepção social da educação	37
2.5-Quadro Comparativo da educação nos períodos pré e pós independência	42
Conclusão	44
Bibliografia	46
Anexos	

Preâmbulo

O presente trabalho, cujo tema é “Evolução da Educação em Cabo Verde, enquadra-se no âmbito do curso de Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógica e debruça-se sobre alguns aspectos que marcaram o percurso da educação em Cabo Verde, desde a era colonial até aos nossos dias, dando realce às modificações nas orientações políticas para o sector e as consequências na organização e funcionamento do sistema educativo.

As informações recolhidas no âmbito do presente trabalho podem contribuir para uma análise comparativa da educação nos dois períodos que marcaram a história de Cabo Verde. Para a obtenção dessas informações, foram realizadas investigações através de recolhas bibliográficas e outros documentos entendidos pertinentes, assim como entrevistas com pessoas que vivenciaram os diferentes períodos da história recente do nosso país, desde meados de 1950 até a presente data.

Tendo em vista uma melhor organização dessas informações, o tema é desenvolvido em dois capítulos, correspondendo cada um a um período específico. Na parte final do trabalho é apresentado um quadro síntese dos principais aspectos que caracterizam o sector da educação nas duas épocas.

Agradecimentos

O cooperativismo, a solidariedade e a tolerância são processos que se tornam cada vez mais habituais para a construção de conhecimentos na sociedade moderna, na medida em que cada indivíduo tem um repertório de informações provenientes de várias fontes a que teve acesso. Segundo Hermano Carmo e Manuela Ferreira (1998: 15) “*nenhuma obra nasce de geração espontânea (...), resulta de acumulação de trabalho de muita gente, de que o autor é face visível*”.

Deste modo, a efectivação do presente trabalho de fim de curso contou com a colaboração de um conjunto de entidades, pessoas individuais e instituições, a quem sou grato pela valiosa colaboração prestada.

Cumpre-me, portanto agradecer a todos quantos, de uma forma ou de outra, contribuíram para que o presente trabalho fosse hoje uma realidade: em primeiro lugar ao meu orientador, Mestre João Gomes Cardoso, pela amistosa paciência, disponibilidade que sempre teve, pelas sugestões, acompanhamento e orientações que foi fazendo ao longo desse ano, desfalcando dúvidas e esclarecendo ideias, zelando pela qualidade e pertinência dos assuntos nele abordados; aos colegas do Instituto Superior da Educação, designadamente os do Curso de Supervisão e Orientação Pedagógica que incansavelmente contribuíram para o sucesso da minha formação; aos digníssimos professores, tanto os do Instituto Pedagógico da Praia, como os do Instituto Superior de Educação, pelos conhecimentos transmitidos e construídos durante os três anos do Curso de Supervisão e Orientação Pedagógica. Os meus agradecimentos são extensivos às pessoas que responderam aos meus questionários.

Por último, como não podia deixar de ser, uma palavra de gratidão à minha mulher, aos meus filhos, meus pais, meus irmãos e amigos, pela paciência que demonstraram perante o tempo que não lhes dediquei.

A todos um muito obrigado.

Enquadramento do tema

O tema escolhido, justifica-se pela sua importância na história e filosofia da educação, na medida em que o seu estudo envolve a análise de múltiplos aspectos da vida social, desde os de natureza política, aos de natureza económica e cultural. Por outro lado, o seu estudo permite a compreensão das transformações sociais ocorridas ao longo dos tempos, transformações essas que são simultaneamente causa e consequência da evolução do próprio sistema educativo.

Enquanto professor do ensino básico e estudante do Curso de Supervisão e Orientação Pedagógica, torna-se justificável o interesse para o desenvolvimento do tema escolhido, uma vez que a compreensão do estado actual do nosso sistema educativo e a sua projecção para o futuro requer um conhecimento do percurso feito até a presente data. Segundo Paulo Freire, não há transição que não implique um ponto de partida e um ponto de chegada. Todo o amanhã se cria num ontem, através de um hoje de modo que o nosso futuro baseia-se no passado e corporifica-se no presente. Assim, temos que saber o que fomos, o que somos, para sabermos o que seremos.

Entendendo o sistema educativo como um conjunto de estruturas e instituições educativas que, agindo de forma integrada e dinâmica, combinam os meios e recursos para garantir a realização de um serviço educativo que corresponda em cada momento histórico, às exigências e demandas de uma sociedade, enquanto parte integrante do sistema social, o mesmo deve evoluir em função das mudanças operadas na sociedade, pois se ele não acompanhar a evolução da sociedade, entra inevitavelmente em crise.¹

Deste modo, a análise da evolução da educação em Cabo Verde inclui irremediavelmente uma abordagem da evolução da sociedade, nomeadamente nos aspectos

¹ VARELA, Bartolomeu L. (2004) p.5

políticos e administrativos, económicos e culturais, para além de outros. É neste sentido que, por uma questão metodológica e para proceder a uma abordagem contextualizada da educação, o tema se encontra subdividido em três grandes capítulos sendo estes desenvolvidos em tópicos específicos que têm a ver com os aspectos essenciais de um sistema educativo.

Introdução

Numa sociedade em rápida mudança, o poder tenderá a concentrar-se nas mãos daqueles que mais rapidamente tenham acesso à informação e sejam capazes de a relacionar e integrar na sua acção. Se a população não tem acesso à informação com oportunidade e não tem capacidade para relacionar aquela com a sua vida e integra-la no que faz ... ela tenderá a ficar cada vez mais dependente dos outros para a solução dos seus problemas².

A partir da citação acima transcrita, pode-se entender a educação como um processo que acompanha as pessoas nas suas andanças, incutindo nelas um conjunto de recursos susceptíveis de serem mobilizados, através dos quais se impulsiona o desenvolvimento das sociedades.

Como dizia Francisco Lopes, na sua obra intitulada “História Breve da Educação em Cabo Verde até à Independência”, *“a história do ensino em Cabo Verde é uma meada cujo fio condutor parte da Cidade da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, hoje chamada Cidade Velha, e, depois, lentamente se estende pelo dédalo do arquipélago, até se generalizar, com o correr dos tempos, por todas as ilhas”*³

A educação em cada fase da sua evolução histórica, foi sempre um produto cultural da sociedade. Neste sentido, a reflexão sobre a evolução da educação em Cabo Verde, permite-nos conhecer o passado, descobrindo as origens longínquas das nossas tradições educativas, permitindo ainda compreender a evolução, os processos de mudança, as etapas e, sobretudo, fazer um balanço mais inteligível da situação da educação actual. Através da comparação que nos permite fazer, dá-nos elementos de reflexão e compreensão da situação actual da educação e de um modo geral, perspectivar o futuro.

É nesse contexto de procura de compreensão do nosso percurso histórico enquanto povo e de projecção do futuro que se compreende a pertinência do tema do presente trabalho, o qual

² FERRINHO, H. (1987), p.88.

³ SILVA, Francisco L. - I (1991), p.

se refere aos aspectos relacionados com as transformações políticas, económicas, sociais e culturais pelo que passou o nosso país ao longo da sua historiografia. Assim, estudar a evolução da educação em Cabo Verde constitui indubitavelmente uma forma de compreender essas transformações operadas no país. Esse estudo pode facilitar a compreensão das necessidades de se acompanhar a natureza das relações da educação com a dinâmica da própria conjuntura, tanto na sua dimensão interna (nacional), como na sua dimensão externa, na medida em que a educação deve e tem de acompanhar tal dinâmica e as transformações que operam na sociedade em que se insere.

Capítulo I

Educação na era colonial

Nos meados do séc. XV, época das grandes navegações, inicia-se a história deste arquipélago situado a 450 km da costa do Senegal (ilhas descobertas pelos portugueses), utilizado durante muito tempo como posto de reexportação de escravos. Apesar de o papel das ilhas ter sido inicialmente de servir como palco para a cristianização e transmissão de alguns princípios da língua para que houvesse comunicação entre os escravos e os seus donos, as preocupações com a educação propriamente dita foram de um modo geral insignificantes. A propósito dessa constatação, o investigador Manuel Brito Semedo nos depara “...a acção de ensinar os negros a ler e a escrever, ... passou a designar-se por ladinização ... torná-los ladinos era, ao mesmo tempo, valorizá-los enquanto servos”⁴

Só em meados do séc. XIX, foi dispensada alguma atenção às províncias ultramarinas, tendo-se registado iniciativas para criar um ensino adequado ao seu progresso, à sua estabilidade social. Porém, o ensino implantado estava formatado segundo os padrões estabelecidos na metrópole e, inevitavelmente, tinha como finalidade viabilizar a continuidade da política colonial.

1.1- Quadro institucional da educação

No período colonial o sistema educativo cabo-verdiano fazia parte integrante do sistema educativo português. Deste modo, o sistema educativo em Cabo Verde foi conhecendo variações importantes em função das mutações políticas, sociais, económicas e culturais que se foram registando no sistema colonial português. Assim o decreto-lei nº 3341 de 21 de

⁴ SEMEDO, Manuel B. (2006), p.106

Fevereiro de 1944 criou no ministério das colónias a direcção geral do ensino que orientava superiormente os serviços nas colónias que funcionava em íntima relação com o Ministério da Educação Nacional⁵

Do mesmo modo, a portaria nº 8892, publicado no suplemento ao boletim Oficial nº 21 de 27 de Maio de 1970, alterou a estrutura do sistema educativo anteriormente referido, tendo criado a repartição provincial dos serviços da educação, a repartição distrital bem como as delegações escolares.

Desde inicio da colonização e mais intensamente a partir de 1533 com a criação do bispado de Cabo Verde (Diocese de Santiago), o primeiro em Africa, sedeadada na Ribeira Grande em 31 de Janeiro de 1933, foi criada a primeira escola da Ribeira grande, por alvará de 12 de Março de 1935⁶. Nessa escola professava-se apenas a Moral e a Gramática Latina, ainda que a verdade é que se tinha feito o arranque para eliminação do analfabetismo e melhoramento de formação aos eclesiásticos;

A data de 1535 foi alias, uma data histórica por assinalar como o primeiro foco de ensino no pais, a primeira luz da cultura a iluminar no arquipélago de Cabo Verde que foi obscurecida durante 75 anos do seu achamento.

A história da educação no nosso país, tem progredido paralelamente com a expansão do culto da religião católica nas ilhas. Tendo se iniciado em Ribeira grande (hoje Cidade Velha), expandiu-se, pouco a pouco, até se generalizar-se com o tempo a todo o pais. É de verificar-se que o próprio ensino liceal surgiu e desenvolveu na senda do ensino de cariz seminarístico (Seminário de S. Nicolau), coabitando por cerca de cinco décadas, até o aparecimento do liceu em São Vicente, no ano de 1917.

Em 1570, isto é 35 anos após o início da instrução, foi criado a 12 de Janeiro, o primeiro Seminário em Cabo Verde “*o seminário de S. Thiago na ilha de Cabo Verde*”⁷, na mesma Cidade, apesar da sua implementação prática não se efectivar, ficando apenas no papel. Alguns anos mais tarde, em 1657, foi fundado o Convento da Ribeira Grande que também funcionava como centro de ensino, onde leccionavam as disciplinas de Teologia, Latim e Moral. A primeira escola de ensino primário oficial foi criada na Praia em 1817 e pouco tempo depois fechou as portas por ter morrido o seu mestre, tendo sido reactivada em 1821.⁸ Em 1844, com a inscrição de verbas no orçamento de 1842/43, foram criadas mais 38 escolas do ensino primário introduzindo com isso melhorias significativas no sistema de ensino na

⁵ Portaria nº 8892, Suplemento ao BO nº 21, de 27 de Maio de 1970

⁶ Idem ref.1

⁷ Idem ref.4, p.106

⁸ AFONSO, Maria M. (2002), p. 119.

Província. Nesse mesmo ano havia já duas escolas primárias na ilha de Santiago, duas no Fogo, duas em Santo Antão, duas em S. Nicolau, duas na Boavista, uma na Brava e outra no Maio.

Em 1845, por decreto de 14 de Agosto, foi criado o Conselho Inspector de Instrução Pública, no tempo do Ministro José Falcão⁹, a quem se ficou a dever tal medida. Em cada província ultramarina era criada uma Escola Principal de Instrução Primária, onde, para além das disciplinas já mencionadas e que faziam parte integrante do currículo, seriam ministradas as disciplinas de Desenho, Geografia, Física e a Escrituração, sendo esta última de natureza técnica. Foi na ilha da Brava que se instalou a primeira escola Principal de Instrução Primária em 1847¹⁰. Contudo, segundo a autora Maria Manuela Afonso, o funcionamento dessa escola teve o seu início a partir de 1848.¹¹

O ano de 1842 é uma data histórica não só por marcar uma viragem no sector da educação com a implantação de uma rede escolar na província, mas também por ser o ano da introdução da imprensa em Cabo Verde e da publicação do primeiro boletim oficial, na ilha de Boavista. Refira-se que a imprensa surgiu em Portugal em 1440 tendo, portanto, chegado ao arquipélago cerca de 400 anos mais tarde. Esse atraso contribuiu certamente para retardar o processo da evolução cultural do povo das ilhas. Foi também precisamente nessa época que se publicou o primeiro livro de poesias "ELEGIA", da autoria de Antónia Gertrudes Pusich, considerada a primeira voz poética em Cabo Verde¹².

A introdução da imprensa, contribuiu indubitavelmente para uma dinâmica de desenvolvimento cultural, estimulando os intelectuais cabo-verdianos, mas também para o desenvolvimento da educação no seu sentido geral. Refira-se, por exemplo, o facto de entre os anos 1853 e 1892 terem surgido mais de doze associações culturais¹³ e ter havido um grande surto de jornais e revistas publicados em várias ilhas. Dessa época destacam-se nomes sonantes como Pedro Cardoso, Eugénio Tavares, Januário Leite, Gertrudes Ferreira, de entre outros intelectuais que muito contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da identidade cabo-verdiana.

Posteriormente, em 1860 foi criado na Praia o Liceu Nacional de Cabo Verde, onde se ministravam as cadeiras do ensino primário para além do Latim, Filosofia, Moral, Teologia, Francês, Inglês, Desenho, Matemática e rudimentos de Náutica. Com esta última disciplina

⁹ Idem ref.4.

¹⁰ Idem ref. 2.

¹¹ Idem ref. 2, p.119.

¹² Idem ref. 2.

¹³ Idem ref.3.

ficou reconhecida a vocação marítima de Cabo Verde. O Liceu Nacional foi criado pelo governador interino Januário Correia de Almeida, pela portaria nº 313-A de 15 de Dezembro de 1860, publicado no Boletim Oficial nº 83, de 22 de Dezembro do 1860, p.39.

Embora tivesse um currículo escolar muito ambicioso ter havido muita procura, o Liceu da Praia foi pouco duradouro e viria a ser encerrado logo no segundo ano lectivo, 1861/62, por falta de docentes, a qual foi motivada pelos salários muito baixos e pela incapacidade financeira de o governo de então em satisfazer as reivindicações dos professores.¹⁴

No ano de 1866, por decreto de 3 de Setembro, foi criado na ilha de S. Nicolau o Seminário de Cabo Verde, denominado 26 anos mais tarde (em 1892) por Seminário Liceu. Essa instituição de ensino ficou instalada num prédio pertencente ao ilustre médico cabo-verdiano Doutor Júlio José Dias, que o cedeu por um preço muito simbólico, mantendo-se durante várias décadas (51 anos) como o único estabelecimento de ensino secundário desta colónia.^{15,16}

Em 1889, havia no arquipélago 56 escolas primárias frequentadas por cerca de três milhares de alunos. No final desse século, em 1898, havia 73 escolas com mais de 4.000 alunos. Apesar desse número de efectivos, os resultados obtidos ficavam muito aquém do desejado atribuindo-se o atraso, no dizer de Azevedo, citado por Maria Manuela Afonso, à falta de qualificação de professores, de assiduidade dos alunos, de entre outros constrangimentos. De acordo com a mesma autora, também no ensino secundário os problemas eram evidentes. Nessa altura, o Seminário-Liceu era frequentado por 52 aspirantes ao sacerdócio e apenas 72 estudantes liceais.¹⁷

Em 1906, foram lançadas as bases do ensino profissional que funcionou de forma precária, tendo sido, onze anos depois (em 1917), objecto de reestruturação nas suas diversas modalidades e graus. Na sequência dessa reestruturação, o Seminário-Liceu foi extinto pelo Decreto-lei nº 701, de 13 de Janeiro de 1917 e substituído pelo Liceu Nacional de Cabo Verde (Liceu Gil Eanes), no Mindelo, inaugurado a 19 de Novembro do mesmo ano. Este liceu funcionou no primeiro ano com 31 alunos e 20 anos depois com apenas 372 alunos. Este foi o único estabelecimento do ensino secundário até 1960. Ao mesmo tempo, o Ensino Primário é reformulado nas escolas oficiais e postos escolares, existindo na altura 114 estabelecimentos de ensino e 161 professores.^{18,19}

¹⁴ Idem ref. 9.

¹⁵ Idem ref. 8, p.120.

¹⁶ Idem ref. 9.

¹⁷ Idem ref.11.

¹⁸ Idem ref.8, p.121.

Muito embora houvesse muitas opiniões favoráveis à manutenção do Liceu Nacional em S. Nicolau, tendo em conta as possibilidades de aproveitamento dos equipamentos ali existentes, a sua transferência para S. Vicente efectivou-se devido às vantagens de navegação nesta ilha. É de se admitir igualmente a hipótese de essa transferência servir para enaltecer o perfil do Senador Augusto Vera-Cruz, um dos maiores defensores da instalação do Liceu em S. Vicente, a ponto de ceder o seu próprio palacete da Praça Nova onde funcionou o referido liceu durante quatro anos, até ser transferido para o edifício do quartel. Depois da instituição do curso complementar, o Liceu Nacional passou a chamar-se Liceu Infante Dom Henrique. Vinte anos mais tarde, isto é, em 1937, por decreto nº 28.114, publicação de 26 de Outubro do mesmo ano, extinguiu-se o Liceu Infante Dom Henrique para se reabrir quinze dias mais tarde, devido a uma grande manifestação organizada e dirigida pelo Senhor António Augusto Martins (Filhito Martins) que era na altura o presidente da associação dos pais e encarregados da educação e associação comercial. Após a sua reabertura, o Liceu Infante Dom Henrique passou a designar-se Liceu Gil Eanes.²⁰

Com o propósito de proporcionar o acesso às populações da região de Sotavento ao ensino secundário, criou-se a secção do liceu Gil Eanes na Praia – decreto nº 40.198, de 22 de Junho de 1955. Nessa secção ministrava-se o ensino do 1º e 2º ciclos. Com o aumento do número de frequência, o liceu da Praia ganhou a sua autonomia e, em 1960, passou a chamar-se Liceu Adriano Moreira e, mais tarde, com a Independência nacional, passou a chamar-se Liceu Domingos Ramos, enquanto que o Liceu Gil Eanes passou a ser chamado de Liceu Ludgero Lima.²¹

O Liceu Gil Eanes teve importância extraordinária na formação dos jovens que por ali passaram dado ao ambicioso currículo e peso dos docentes que nele leccionavam. Foi a escola onde se formaram muitos indivíduos que viriam a ter um papel importante na luta de libertação, destacando de entre eles o fundador da nossa nacionalidade, Amílcar Cabral.

Em Outubro de 1925, o diploma legislativo nº 22, criou na ilha de S. Nicolau o Instituto Cabo-verdiano de Instrução, em substituição do Seminário de S. Nicolau. Esse instituto funcionou durante seis anos, até 1931, preparando os alunos dos primeiros ciclos liceais. A restauração do Seminário como instituição nacional para o sacerdócio em Cabo Verde veio a ocorrer só em 1957²².

¹⁹ Idem ref.13

²⁰ SILVA, Francisco L.- I (1992), p.14-15.

²¹ Idem ref.20

²² Idem

Em 1944, foi criada a Direcção-geral do Ensino, no Ministério das Colónias cuja função era de orientar os serviços de instrução nas colónias, em estreita coordenação com o Ministério da Educação Nacional. Com o Estatuto Missionário de 1941, o ensino dos indígenas passou a ser assegurado pelos sacerdotes e irmãos missionários chegados às ilhas após o Acordo Missionário. Nessa altura o ensino das artes e ofícios ganhou expressão, tendo tido uma grande frequência. (Afonso, M.M, 2002, p.121)

Não obstante os dados sobre a educação apontarem para um avanço a partir da segunda metade do século XIX, o ensino tinha ainda um carácter muito restrito, limitando-se apenas aos filhos dos proprietários e aos dos burgueses dos meios rurais e urbanos.

*” Durante muito tempo, até ao fim dos anos 50, o ensino destinava-se a um pequeno número de privilegiados das cidades e do campo: filhos e filhas da burguesia comerciante, dos morgados e proprietários agrícolas e filhos de uma classe média em crescimento lento dos empregados e dos intelectuais (...) A política de “assimilação” criada por Salazar a partir de 1930, que separava os indígenas dos assimilados, deu origem a uma elite restrita de cabo-verdianos que foram utilizados como pequenos e médios funcionários no Ultramar”.*²³

Em 1960, mais precisamente no dia 10 de Junho, foi inaugurado, na Praia, o Liceu Adriano Moreira, hoje Liceu Domingos Ramos, com uma capacidade prevista para 600 alunos. Nesse mesmo ano, existiam nas ilhas 234 estabelecimentos de ensino, dos quais cerca de 85% correspondem ao ensino primário que, na mesma proporção, absorvia mais de 86% do corpo docente. (Afonso, M.M, 2002, p.122)

A partir da década de 60 (1960), face à opinião pública internacional e à pressão dos movimentos de libertação, foram introduzidas mudanças na política colonial, com reflexo na política da educação. Essas mudanças traduziram-se numa expansão da educação nas colónias, embora fosse ainda limitada em grande parte ao ensino primário, tendo como principal objectivo reforçar os valores e a identidade da metrópole.

Aquando da participação de Amílcar Cabral na Conferência de Havana em 1965, este denunciou às Nações Unidas o estado de abandono das colónias portuguesas, o analfabetismo generalizado, a seca e a fome em Cabo Verde, o elevado número de crianças sem acesso à escola. O ambiente social, político e cultural a nível das colónias, face à opinião pública internacional era grave por causa da pressão exercida pelos movimentos de libertação pela

²³ Idem ref.15

independência. Uma das preocupações desses movimentos era a educação, o que coincidia com a preocupação manifestada sobretudo pelo movimento claridoso, por causa do analfabetismo que atingia a maioria da população das Províncias Ultramarinas Portuguesas, em especial de Cabo Verde²⁴.

“... É preciso pensar na criação de um sistema de instrução absolutamente novo, tanto para os combatentes como para a população civil, principalmente para as crianças...”
(extracto do discurso de Amílcar Cabral na Conferencia de Havana - IGNATIEV, 1975.

Com objectivo de encobrir a veracidade dos factos denunciados, o Governo Português modificou demagogicamente a sua política educacional, procurando, na medida do possível, contrariar a tese de libertação nacional. É nesse contexto que o Ministério do Ultramar, através da sua Direcção-Geral do Ensino, publica o Decreto-Lei nº 45908, de 2 de Novembro de 1964 que reformula o ensino primário elementar nas colónias. As mudanças introduzidas traduziram-se, nomeadamente, na expansão do ensino primário que passou a ser obrigatório para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos. Anos mais tarde, em 1972/73, o carácter obrigatório foi estendido à 5ª e 6ª classes.

Também foi no final da década de 60 que se criou mais dois modelos institucionais de habilitação de professores. Em 1969 foi criada na ilha de Santiago a Escola de Habilitação e Formação Profissional dos Professores de Posto Escolar (EHPPE), mais conhecida por “Escola de Variante”, cuja missão era de reduzir o grande défice de professores formados e melhorar a qualidade de ensino. Essa escola funcionou até 1979, tendo sido substituída pela Escola do Magistério Primário. A partir dessa data a política de formação de professores ganhou um novo impulso com a criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Básico Complementar (CFPEBC), destinado à preparação de docentes do EBC (5º - 6º ano) e o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário (CFPES), destinado ao 1º, 2º e 3º Anos do Curso Geral e ao 1º e 2º Anos do Curso Complementar²⁵.

Refira-se que a localização da primeira escola de formação de professores foi orientada por uma estratégia clara do Governo Colonial que consistia em manter a ligação dos formados à realidade do campo. Assim, no artigo n.º 32º do Decreto-lei nº 45908, de 2 de Novembro de 1964, estabelecia-se como critério de implantação da escola de formação, a densidade populacional e as conveniências de desenvolvimento da ocupação escolar. No artigo nº 33º do

²⁴ Extracto de um documento sem título, fornecido pela Professora do curso Luísa Inocência, citando a Conferencia da Fundação da Organização de solidariedade dos países da Ásia, Africa e América Latina realizada em Havana (Cuba) -1965.

²⁵ CARNEIRO, Roberto et al. (1988), 39-41

mesmo diploma, recomendava-se que as escolas de habilitação de professores de posto escolar deveriam ser dotadas de terrenos e instalações imprescindíveis para a prática de grande interesse para a vida rural. Esses pressupostos estão na base da localização da EHPPE em Santiago (por ser a ilha mais populosa) e, mais concretamente, em São Domingos (por ser a zona de convergência dos principais aglomerados populacionais de Santiago (St^a Catarina, Praia e St^a Cruz), mas também por possuir um ambiente propício à prática de actividades ligadas ao meio rural, as quais constavam dos programas curriculares.

Ainda em 1968, visando melhorar a qualidade do ensino, foi publicado o novo regulamento do ensino primário elementar de Cabo Verde, assim como o regulamento da Federação das Caixas e Cantinas Escolares do ensino primário.

“Nesse mesmo ano, foram também, criadas três Escolas Preparatórias do Ensino Secundário e concedidas numerosas bolsas de estudo para a frequência de estudos na Metrópole, nas escolas de Magistério Primário, do Serviço Social, de Regentes Agrícolas, dos Institutos do Ensino Médio, Comercial e Industrial, e das Universidades”²⁶.

O facto de o ensino pré-primário ter adquirido um carácter obrigatório, desde 1968, provocou um aumento dos efectivos de 42,3%, o que, aliado à falta de professores qualificados, levou à deterioração da qualidade do ensino. (I PND, vol II, Sector Educação:7) Refira-se que os estabelecimentos de ensino existentes tornaram-se manifestamente insuficientes, o que motivou a adopção do regime de tresdobramento e, conseqüentemente, a diminuição substancial das horas lectivas no ensino primário - para as duas primeiras classes o tempo lectivo diário chegou a ser de aproximadamente 2h 30 min. Para suprir as carências, tentou-se a todo o custo implementar um sistema de formação acelerada de professores recrutando, para o efeito, pessoas com a 4^a classe, a quem era ministrada formação em pedagogia e prática docente, em dois meses. (Afonso, M.M, 2002, p.124)

As condições de funcionamento das instituições de formação eram bastante precárias em termos de instalações, equipamentos, pessoal docente, de entre outros. Assim, a Escola de Magistério Primário da Praia funcionava em duas salas de uma escola primária. Esta escola de formação não possuía corpo docente próprio, pois a grande maioria trabalhava apenas em regime de acumulação. Por seu turno, o CFPE dispunha de um professor de quadro, outros trabalhavam no regime de destacamento e os restantes eram constituídos por cooperantes de vários países, devido à carência de professores nacionais. (Roberto Carneiro et al., 1988: 41)

²⁶ Cunha (1971:7), citado por AFONSO, Maria M. (2002), p.122.

1.2- Organização e funcionamento do sistema educativo

O sistema de ensino inicialmente instituído apresentava uma estrutura em que se evidenciavam fundamentalmente o ensino primário de 4 anos, da 1ª à 4ª classe, precedido de uma educação pré-primária. O ensino secundário era de 7 anos, sendo os dois primeiros anos o Ciclo Preparatório (1º e 2º Anos), os três anos subsequentes o Curso Geral (3º, 4º e 5º Anos) e os dois últimos anos o Curso Complementar (6º e 7º Anos).

A frequência às aulas no ensino primário estava sujeita ao pagamento de quotas (caixa escolar) estabelecidas no Diploma Legislativo nº 1663, de 19 de Junho de 1968 que definia o Regulamento do Ensino Primário Elementar.

A passagem de classe estava sujeita a realizações de provas escritas e orais em todos os níveis de ensino, incluindo a pré-primária. O processo de avaliação final estava sujeito a modelos e normas bem determinados e aplicações obrigatórias a toda a província.

Analisando o regime de avaliação implementado na época colonial, pode-se verificar o exagerado rigor exigido a esse nível de ensino relativamente ao processo de avaliação dos alunos.

Assim, no dizer de alguns intelectuais, a educação na época colonial se caracterizava por uma certa alienação, porque não estava alicerçada na realidade cabo-verdiana e, logo, era inadaptaada às condições físicas, geográficas, humanas, económicas e culturais de Cabo Verde. Para além disso, era altamente selectiva, a que se tinha acesso em função e na medida da necessidade de defesa e reprodução da ordem colonial portuguesa e uma educação centrada nas quatro paredes da sala de aula, desligada da comunidade”²⁷ .

Caracterizando um pouco mais o sistema de ensino praticado na era colonial, assim dizia o ex. Primeiro-ministro de Cabo Verde, o Comandante Pedro Pires, em 1977:

“...Pelo ensino então ministrado não conhecíamos a nossa terra mas conhecíamos bem Portugal, não conhecíamos o nosso continente, mas conhecíamos bem o continente europeu e eu até hoje me lembro bastante bem dos rios, dos caminhos-de-ferro de Portugal, Europa, etc. Mas, quanto a Cabo Verde, pouco conhecia da nossa realidade e mal conhecíamos as povoações mais importantes desta ou daquela ilha”²⁸(idem referencia 19.p.7)

Não obstante a educação colonial ter-se revelado pouco ajustada à realidade e às expectativas da nação cabo-verdiana, é de se reconhecer alguns aspectos positivos do sistema da época, os quais poderiam atenuar alguns problemas com que o sistema actual se depara,

²⁷ Idem ref.1, p.7

²⁸ Idem ref. 20, p.7:

podendo contribuir, na perspectiva de modernizar, para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Desses aspectos positivos, podem ser destacados os seguintes:

1- As metodologias tradicionais de ensino referentes à iniciação à leitura, à escrita e ao cálculo, eram acessíveis aos professores, podendo ser aplicadas sem grandes embaraços e, conseqüentemente, a maioria da população podia perfeitamente colaborar na alfabetização e iniciação à aritmética;

2- Os manuais da Língua Portuguesa davam conveniente importância à educação para os valores morais, éticos e cívicos, contribuindo deste modo para a formação social e pessoal dos alunos, o que normalmente não se alcança com muitos textos da actualidade;

3- O elevado e necessário rigor aplicado ao Sistema de avaliação permitiam por um lado que os professores evidenciassem esforços no sentido de fazerem que as matérias “ensinadas” fossem assimiladas e por outro lado, que os alunos se dedicassem a revisão das matérias em casa com as famílias e ou sozinhos.

Assim os objectivos do sistema educativo se condensavam em: preparar agentes administrativos capazes de perpetuar a política de exploração colonial; promover a formação cultural básica (ler e escrever); preparar os jovens para a vida eclesiástica.

Na procura de adaptação do sistema educativo aos desafios que o regime enfrentando, foram introduzidas algumas reformas. Assim, em 1917, devido a uma percentagem de analfabetismo bastante elevada, a rondar os 93%, procedeu-se à primeira reforma do ensino em Cabo Verde, com o desenho do Plano Orgânico da Instrução Pública em Cabo Verde²⁹. Em 1968, foi implementada a segunda reforma do ensino e, com o Diploma Legislativo nº 1663, de 19 de Junho, foi instituído o Ensino Primário Elementar, obrigatório e gratuito de 5 anos (pré-escolar, 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª classes), para crianças dos 6 aos 12 anos de idade. Nesse mesmo ano foram criadas três escolas preparatórias do ensino secundário

Para além de alguns dados pertinentes referidos anteriormente, há a complementar destacando as modificações ocorridas nos anos 70, período em que se deu prioridade ao desenvolvimento de instituições para a formação de professores dos dois níveis de ensino. Assim, logo em 1972/73 existiam duas escolas de formação de professores, com 329 alunos e 33 docentes. No ensino primário contava-se cerca de 68 900 alunos, sendo a taxa de aproveitamento à volta de 57.8%. Dos 489 estabelecimentos de ensino primário existentes,

²⁹ B.O de 30 de Outubro de 1917, p.1)

375 eram oficiais, 53 de missionários, e 61 de particulares. A média de alunos por estabelecimento era de 141 alunos”³⁰.

Na ocasião da independência nacional, mais precisamente em 1972/73, o corpo docente era constituído por 1.151 professores. Dada às dificuldades financeiras, os professores acumulavam duas turmas, sempre que necessário, tendo um rácio de cerca de 60 alunos cada professor. Esses professores praticamente não tinham a qualificação profissional. Assim, a autora Maria Manuela Afonso se sustentou na citação de Cardoso (1986:34) que enunciou: “*somente 13% dos professores podiam considerar-se qualificados*”³¹. Segundo a mesma autora, em 1973/74, os efectivos escolares apresentavam ainda uma estrutura desequilibrada, de modo que 91% frequentavam o ensino primário, 5.8% o ensino preparatório, 2.7% frequentava o ensino liceal e somente 0.5 frequentavam o ensino técnico profissional.

1.3- Alguns indicadores da evolução da educação

Nesta secção há a destacar a taxa de analfabetismo, tendo em conta os seus efeitos sobre a dinâmica social, económica e cultural do país. Pois, é comumente aceite que em qualquer país, o grau de alfabetização é, em grande medida, reconhecido como sendo um factor de desenvolvimento das pessoas e da sociedade em geral.

Por volta de 1950, pouco mais de 6.000 alunos frequentavam o ensino primário e cerca de 500 no ensino pós-primário (Anuário Estatístico de 1961). Dez anos mais tarde, o número de alunos passou para 10.000, dos quais 1.500 frequentavam as escolas pós -primárias³². Em 1972/73, a frequência das 5ª e 6ª classes tornava-se obrigatória, medida justificada em parte pela tentativa de redução da elevada taxa de analfabetismo reinante³³.

A partir de 1973, até 1975, houve uma grande procura social da educação. As populações rurais recém chegadas aos centros urbanos (principalmente na Praia) viam na educação uma forma de garantir um emprego seguro no sector urbano e em actividades não manuais, na maior parte dos casos ligados ao aparelho do estado, ao qual interessava criar uma classe de funcionários públicos do aparelho colonial, inclusive para enviar para outras colónias. Deste modo, a educação serviu, simultaneamente, de instrumento de diferenciação social e de reprodução das desigualdades³⁴.

³⁰ Idem ref. 8, p.123 e 124;

³¹ Idem ref. 8, p.124.

³² cf. INE, 1961: 49-50.

³³ Idem ref.8, p.122.

³⁴ Idem ref.8, p.125

1.4- A percepção social da educação

Como se vê no gráfico 3.1.1 em anexo, 50% dos inquiridos consideram elevada a correspondência entre a educação recebida e o que se esperava da escola, designadamente tornar os cidadãos letrados, isto é, capazes de ler, escrever e fazer cálculos. Do mesmo modo, 40% consideram-na razoável, justificando que as famílias tinham grandes expectativas na leitura, escrita e na aplicação dos cálculos. Essas competências eram essenciais para desempenhar eficientemente funções no aparelho do estado.

Vendo a franja percentual dos indicadores do gráfico se constata que era elevada a confiança (gráfico 3.1.2), sustentando que os professores conseguiam fazer com que os alunos assimilassem os conteúdos leccionados e, por outro lado, os alunos manifestavam elevados conhecimentos. Refira-se que as famílias atribuíam a merecida confiança tanto no modelo da educação oferecida como na qualidade do professor.

A ideia expressa pelos inqueridos tem correspondência com informações de outras fontes. A propósito, Baltazar Lopes faz referência ao alto grau de ensino ministrado no seminário de São Nicolau, apesar dizer respeito apenas ao nível do ensino secundário. No dizer desse ilustre intelectual cabo-verdiano, os sólidos conhecimentos que assimilou no referido estabelecimento foram mais do que suficientes para estabelecer por meio deles uma ponte firme com aqueles que, mais tarde, haveria de adquirir na universidade de Lisboa, onde se formou, com distinção, em Filologia Românica e em Direito³⁵.

Refira-se ainda que a escola colonial muito apostava na promoção de valores, nomeadamente com o ensino da religião. Outrossim, as áreas curriculares contribuíam bastante para a inserção do aluno na sociedade.

Um numero considerado de inquiridos considera inadequada a comunicação entre a escola e a comunidade (gráfico 3.1.3), sustentando que havia fraca aderência das famílias para as actividades escolares e os professores/escola não se preocupavam com os problemas da comunidade e, obviamente havia pouca ou nenhuma comunicação, muito embora algumas pessoas legam que alguns professores visitavam famílias ou mandam-nas chamar para a escola para tratarem de assuntos pontuais. Contudo essas visitas aos domicílios restringiam-se às famílias mais escolarizadas. Entretanto, os pais menos instruídos que naturalmente constituía a maioria das famílias consideravam desnecessários os seus contributos no sucesso

³⁵ SILVA, Francisco L. -18/03/92.

educativo. Este facto nos acena a inadequação de um mecanismo de atendimento (gráfico 3.1.4) e um fraco nível de participação das famílias nas actividades escolares (gráfico 3.1.5). Esta situação deve também constituir dos factores determinantes da baixa procura social da educação.

Os inquiridos consideram estreita a relação entre as áreas curriculares e as necessidades de inserção do aluno na sociedade (gráfico 3.1.8). Depreende-se do gráfico que 60% dos inquiridos consideram estreita essa relação pelo facto de o currículo facilitava bastante muito embora um pouco desfasado da realidade nacional.

De salientar que a maioria dos inqueridos (gráfico 3.1.10), opina que o nível de instrução contribui grandemente na melhoria das condições de vida das pessoas nessa época. Basta analisar que no ensino pós -primário tinha representação praticamente, os filhos de grandes proprietários, pequena burguesia, comerciantes e de funcionários públicos (com um nível de escolarização mais elevado), isto é, são pessoas mais escolarizadas que dispunham de meios para suportar os custos da educação no ensino pós - primário

Consideram ainda que apesar de ter sido muito reduzido o número de alunos a integrar-se no ensino secundário em relação aos que terminam o ensino primário, o objectivo dessa minoria consistia em conseguir um emprego seguro em actividades não manuais e normalmente nos centros urbanos.

Apesar de os resultados indicarem que a forma como os professores ensinavam era adequada (gráfico 3.1.12), 70%, não obstante os métodos utilizados terem sido um tanto quanto agressivos, os alunos aprendiam bem e a qualidade era elevada, tanto que o objectivo principal era aproximar o aluno ao conhecimento.

Refira-se porém que os conhecimentos adquiridos pelos alunos eram essencialmente teóricos e pouco relacionado com a realidade em que viviam.

O gráfico 3.1.14 deixa-nos saber que a maioria dos inquiridos afirma que a educação perdeu muita qualidade após a independência, apesar desta ter trazido progressos tanto a nível das infra-estruturas, a nível de qualificação dos docentes e, como também, a nível da promoção da igualdade de oportunidade no acesso ao ensino. Ao falar da qualidade do ensino, é comum ouvir-se referências ao fraco nível de conhecimento adquiridos pelos alunos, ao pouco rigor no processo de avaliação dos educandos e na perda de prestígio da classe docente.

Os poucos recursos económicos seja das famílias sejam do governo colonial, constituem grande constrangimento ao acesso à educação, condicionando a continuação dos estudos, sendo os adolescentes e jovens obrigados a integrarem-se no mercado de trabalho.

Capítulo II

A educação na era pós-colonial

No período pós-colonial, o sistema educativo cabo-verdiano conheceu sucessivas modificações, dada a necessidade constante de procura do melhor modelo que sirva às necessidades do país em cada etapa de desenvolvimento. Concomitantemente, a administração do sector foi conhecendo alterações, tanto a nível das estruturas organizativas, como a nível funcional. As sucessivas alterações no sistema foram feitas no quadro das reformas educativas que tiveram lugar no país.

2.1. Os grandes objectivos do sistema

Com a independência nacional, a política do Governo para o sector da educação teria que definir novos rumos para fazer face às exigências de um país independente, proporcionando aos cidadãos conhecimentos, qualificações e valores sociais e culturais, integrando a sua identidade nacional.

Esta perspectiva da educação encontra-se expressamente traduzida no documento do III congresso do partido no poder, o PAIGC, realizado em 1977. Assim, as linhas mestras da política educativa tinham como principal objectivo: a satisfação das necessidades em recursos humanos da economia nacional, a promoção da integração social através da articulação harmoniosa entre a escola e a comunidade e entre a escola e a família, a defesa da cultura popular como forma de preservação e edificação da identidade nacional (Afonso MM educ e classes soc. P; 126). Nesse documento encontra-se ainda o princípio de que a educação deve estar estritamente ligada ao trabalho e deve contribuir para a melhoria permanente da condição de vida dos cidadãos.” (...) *Deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produto, proporcionar a aquisição de qualidades, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso*” (art. 15 da *Constituição da Republica de Cabo Verde*).

É nesta perspectiva que ao mesmo tempo se procurou consolidar a organização do ensino escolar básico e secundário foi feita uma grande aposta na educação extra escolar que teve como eixo fundamental a educação de jovens e adultos que até então tinham sido excluídos do ensino formal e, por o combate ao analfabetismo que em 1975 rondava os 60 a 90 %.

De acordo com a constituição da República de Cabo Verde, Lei nº 1/V/99 art. 7, constituem de entre outras tarefas do estado: *fomentar e promover a educação, a investigação científica e tecnológica, o conhecimento e a utilização de novas tecnologias, bem como o desenvolvimento cultural da sociedade Cabo-verdiana, promover o desenvolvimento do espírito científico a criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, estimular o desenvolvimento da personalidade, da autonomia, do espírito do empreendimento e da criatividade, bem como da sensibilidade artística e do interesse pelo conhecimento e pelo saber, garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e do êxito escolar, etc.*

Outros objectivos preconizados para a educação relacionam-se com os princípios da universalidade e da funcionalidade da educação, os quais permitem a sua integração no processo de desenvolvimento do país. Relativamente ao primeiro princípio, a educação deve abranger todos os membros da sociedade. Pelo princípio da funcionalidade da educação operacionaliza-se o objectivo de uma educação contextualizada que integre a teoria e a prática, que ligue o trabalho intelectual ao manual e que, ao mesmo tempo, proporcione ao indivíduo conhecimentos e competências necessárias à vida e reforce a identidade cultural.

De referir que o princípio da universalidade não se restringe ao aspecto quantitativo, ou seja em tornar a educação acessível a todas as camadas sociais, mas deve contemplar, com igual grau de importância, o aspecto qualitativo. Isto é, a universalidade deve tornar a educação um instrumento de integração do indivíduo no meio que lhe é próximo e no mundo. As duas vertentes da universalidade da educação foram se afirmando de forma expressiva, traduzindo-se a primeira na massificação do ensino e a segunda na configuração de um sistema educativo fortemente ligado ao exterior, fruto do recurso sistemático à cooperação internacional. Nesse contexto, o ensino cabo-verdiano esteve sempre sujeito a uma forte influência externa, sobretudo a nível do ensino superior, o qual durante as primeiras décadas após independência apenas era realizado no estrangeiro.

Estabelecidos em documentos políticos³⁶, desde os primeiros anos da independência nacional, os objectivos do novo sistema educativo viriam a ser fixados formalmente na ordem

³⁶ Destaca-se o documento do II congresso do PAICV de 1983.

jurídica nacional através da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro. Esta lei viria sofrer alterações introduzidas pela lei nº 113/V/99 de 18 de Outubro, tendo em vista uma melhor adaptação do sistema educativo aos desafios de desenvolvimento. De entre outros objectivos estabelecidos na lei de bases, destacam-se: *promover a formação integral e permanente do indivíduo, numa perspectiva universalista; formar a consciência ética e cívica do indivíduo; desenvolver atitudes positivas em relação ao trabalho e, designadamente à produção material; promover a criatividade, a inovação, e a investigação como factores do desenvolvimento; contribuir para o conhecimento e o respeito dos direitos do homem e desenvolver o sentido de tolerância e solidariedade.*

De salientar que com a mudança do sistema político, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias em Janeiro de 1991, não houve alterações de fundo na política educativa, tendo sido implementada a reforma do ensino iniciada em 1987. De igual modo, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1992/95) deu, em certa medida, continuidade ao anterior. Ambos os planos concebiam a educação como um sector fundamental do desenvolvimento e a política educativa como parte indissociável das políticas social e económica.

A reforma de 1987 foi antecedida da reforma de 1977, a qual tinha estabelecido como principais objectivos reduzir o analfabetismo, alargar a oferta de ensino e melhorar o sistema educativo adequando-o as novas necessidades. As alterações introduzidas no sistema educativo desde o início da independência tinham sido de ordem pontual, incidindo principalmente sobre os planos de estudos existentes e sobre os conteúdos de ensino.

Tendo em vista a redução das desigualdades no acesso ao ensino, a diminuição das assimetrias regionais, a recuperação da qualidade de ensino, de entre outros constrangimentos do sistema, iniciou-se a reforma educativa de 1987. Numa primeira fase, esta reforma incidiu sobre o ensino básico, tendo sido reforçada também a orientação nos programas de educação de adultos, reorientando-os para a qualificação profissional da população adulta. A reestruturação do ensino secundário, a institucionalização do ensino superior, de entre outras medidas, só se efectivaram no decurso dos anos 90, tendo a generalização do ensino secundário reformado acontecido a partir de 1996, depois de um período de experimentação.

No longo período de implementação da reforma iniciada em 1987 foram alargadas e intensificadas medidas tendentes à criação de melhores condições para o funcionamento do sistema educativo. Essas medidas traduziram-se na intensificação de construções escolares, criação de escolas secundárias em todos os concelhos do país, massificação de bolsas de estudo e da acção social escolar através de assistência às cantinas escolares, apoio pedagógico

com a criação de equipas de orientadores pedagógicos, a formação inicial e contínua de professores do ensino básico e do ensino secundário, de entre outras acções.

2.2-Organização e funcionamento do sistema educativo

Na sequência da reforma de 1977, surge um novo figurino organizativo do sistema educativo cabo-verdiano. O percurso escolar de onze anos ficou organizado em dois grandes ciclos, o ensino básico e o ensino secundário.

O subsistema do ensino Básico anteriormente abrangia dois ciclos, sendo o primeiro, o ensino elementar, de quatro anos (1^a a 4^a classe) e o segundo, o ensino complementar, de dois anos (5^a e 6^a classes).

O ensino elementar tinha como principal missão promover a integração dos alunos no meio, tornando-os elementos activos e participantes. Para o efeito, tinha que dotá-los de instrumentos básicos, em termos de conhecimentos, hábitos e habilidades necessárias a realização do trabalho manual, assim como contribuir para o desenvolvimento da sua personalidade, no sentido da responsabilidade do espírito de solidariedade, do gosto, do esforço, estimulando sempre a espontaneidade e a criatividade.

O ciclo complementar, de 5^a a 6^a classe, foi orientado no sentido de serem prosseguidos e reforçados os objectivos do nível anterior através do desenvolvimento sistemático dos hábitos, atitudes e conhecimentos que permitam ao aluno participar de forma activa e consciente tanto na sua vida escolar como na vida comunitária. Deverá ainda capacitar os jovens para uma escolha esclarecida das vias profissionais e/ou escolares facultando-lhes a aquisição de capacidades mínimas no domínio profissional e contacto com os diversos ambientes do trabalho proporcionando-lhes ao mesmo tempo uma informação generalizada.

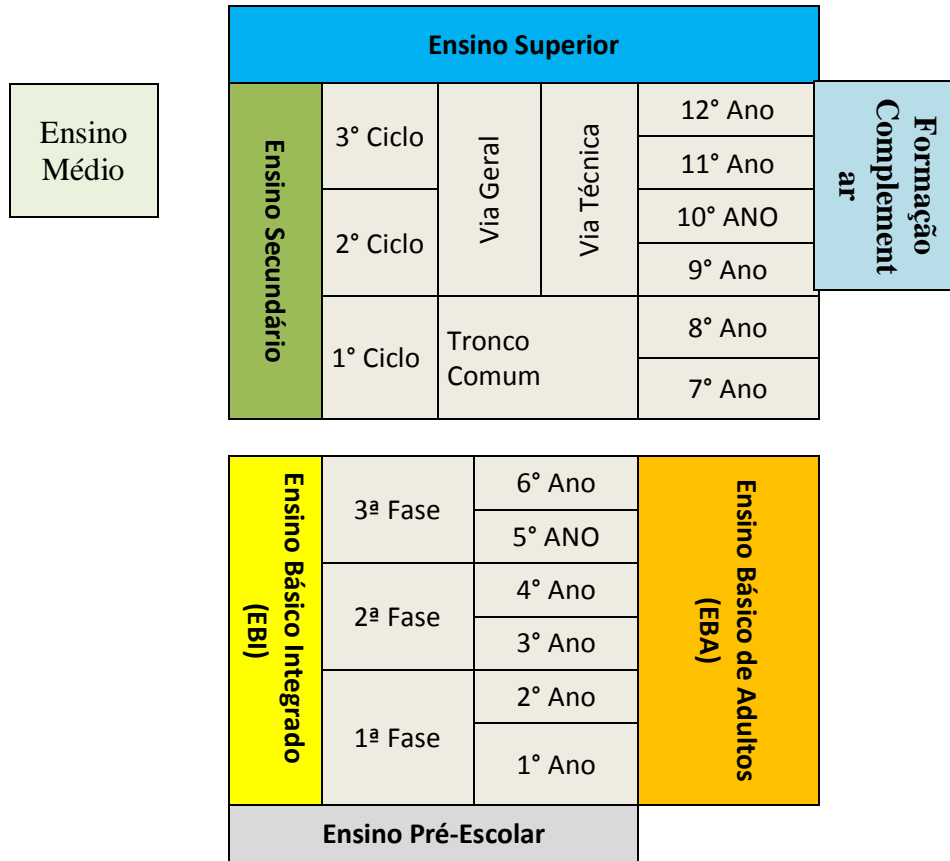
O quadro que segue ilustra a organização do sistema educativo, à luz da reforma de 1977.

Ciclo		Nível	Ano de Escolaridade
Ensino Secundário	Curso Complementar	2º Ano	11º Ano
		1º Ano	10º ANO
	Curso Geral	3º Ano	9º Ano
		2º Ano	8º Ano
		1º Ano	7º Ano
Ensino Básico	Ensino Básico Complementar	2º Ano	6º Ano
		1º Ano	5º ANO
	Ensino Básico Elementar	4ª Classe	4º Ano
		3ª Classe	3º Ano
		2ª Classe	2º Ano
		1ª Classe	1º Ano

Refira-se que o ensino superior, praticamente não se realizava no país, contudo desde o ano de 1979 se impulsionou uma nova dinâmica de formação de professores tendo em conta as necessidades de adoptar o país de quadros qualificados e particularmente contribuir para a qualificação do corpo docente do ensino básico e secundário, tendo criado um modelo de formação pós secundário (Curso Formação de Professores do ensino Básico complementar CFPEBC) e do Curso de formação de professores do ensino secundário, no âmbito do ensino superior curto (EFPEs). O primeiro conferia aos diplomados a qualificação de professores do 3º nível sem lhes conferir grau académico e o segundo conferia-os grau de bacharelato.e qualificação profissional de professores do 4º nível. Contudo, grande parte desses diplomados não se ingressam do sistema, no entanto eram absorvidos por outras entidades empregadores que obviamente lhes ofereciam melhores condições de trabalho e salários. Ainda nesse nível de ensino tem sido realizado na década de 1980 outros curso de carácter superior como o Centro de Formação Náutica, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, de entre outros condizendo a formação pós secundário existente. Assim o governo tem recorrido ao envio de bolseiros para universidades e institutos estrangeiros para se obter quadros superiores qualificados

O sistema educativo conheceu uma nova organização com a reforma educativa dos anos noventa, passando a integrar o ensino superior e a articulação com a formação profissional estabelecida na lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro, que define os princípios da organização e funcionamento do sistema educativo, incluindo ensino público e ensino particular.

Estrutura do sistema educativo, de acordo com a reforma de 1990



Assim, o sistema educativo passou a compreender os subsistemas de educação pré-escolar, da educação escolar, da educação extra-escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração. A educação escolar abrange os ensinos básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino. A educação extra-escolar engloba as actividades de alfabetização. De formação profissional e ainda do sistema geral de aprendizagem, articulando-se com a educação escolar.

O ensino básico passou a abranger um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases, cada uma das quais com dois anos de estudo em regime de monodocência.

2.2.1- Níveis do ensino e objectivos

Ensino pré-escolar

A educação pré-escolar é de frequência facultativa e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade do ingresso no ensino básico. Nesse nível de ensino, a rede de educação pré-escolar é essencialmente da iniciativa das autarquias locais e de instituições oficiais, bem como de entidades de direito privado constituídas sob forma comercial ou cooperativa, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas, de acordo com as possibilidades existentes e definir as normas pedagógicas e técnicas a serem aplicadas.

Ensino básico

O ensino básico constitui um ciclo único e autónomo, organizado em três fases, de dois anos cada, com uma estrutura curricular caracterizada pela unidade e integração disciplinares e leccionadas em regime de professor único. Tendo em conta essas características e considerando os objectivos deste nível de ensino, definidos na citada lei, a portaria 53/93 aprova o plano curricular do ensino básico que integra as áreas disciplinares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas, e de Expressões (Expressão Visual e Tecnológica, Expressão Musical e Educação Física), definindo em linhas gerais os objectivos gerais de cada área disciplinar e carga horária semanal nas diferentes fases.

A primeira fase do ensino básico abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda de formação geral, enquanto que a terceira visa o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos cognitivos transmitidos em ordem a elevar o nível de instrução adquirido.

Constituem de entre outros, objectivos do ensino básico: favorecer a aquisição de conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades que contribuam para o desenvolvimento pessoal do indivíduo, a sua inserção na comunidade, a compreensão e respeito pelos valores que consubstanciam a identidade cultural cabo-verdiana.

Ensino secundário

O ensino secundário é ministrado em escolas secundárias com a duração de seis anos organizados em três ciclos de dois anos cada.

O primeiro ciclo constitui um tronco comum para as duas vias do ensino que se iniciam a partir do 9º ano de escolaridade;

O primeiro ciclo visa, pela sua organização curricular, aumentar o nível de conhecimento e possibilitar uma orientação escolar e vocacional tendo em vista o prosseguimento de estudos.

A via de ensino geral visa fundamentalmente a preparação para o prosseguimento dos estudos, facilitando também a adaptação do aluno à vida activa, e está organizada em dois ciclos que correspondem respectivamente aos 9º e 10º anos e aos 11º e 12º anos de escolaridades.

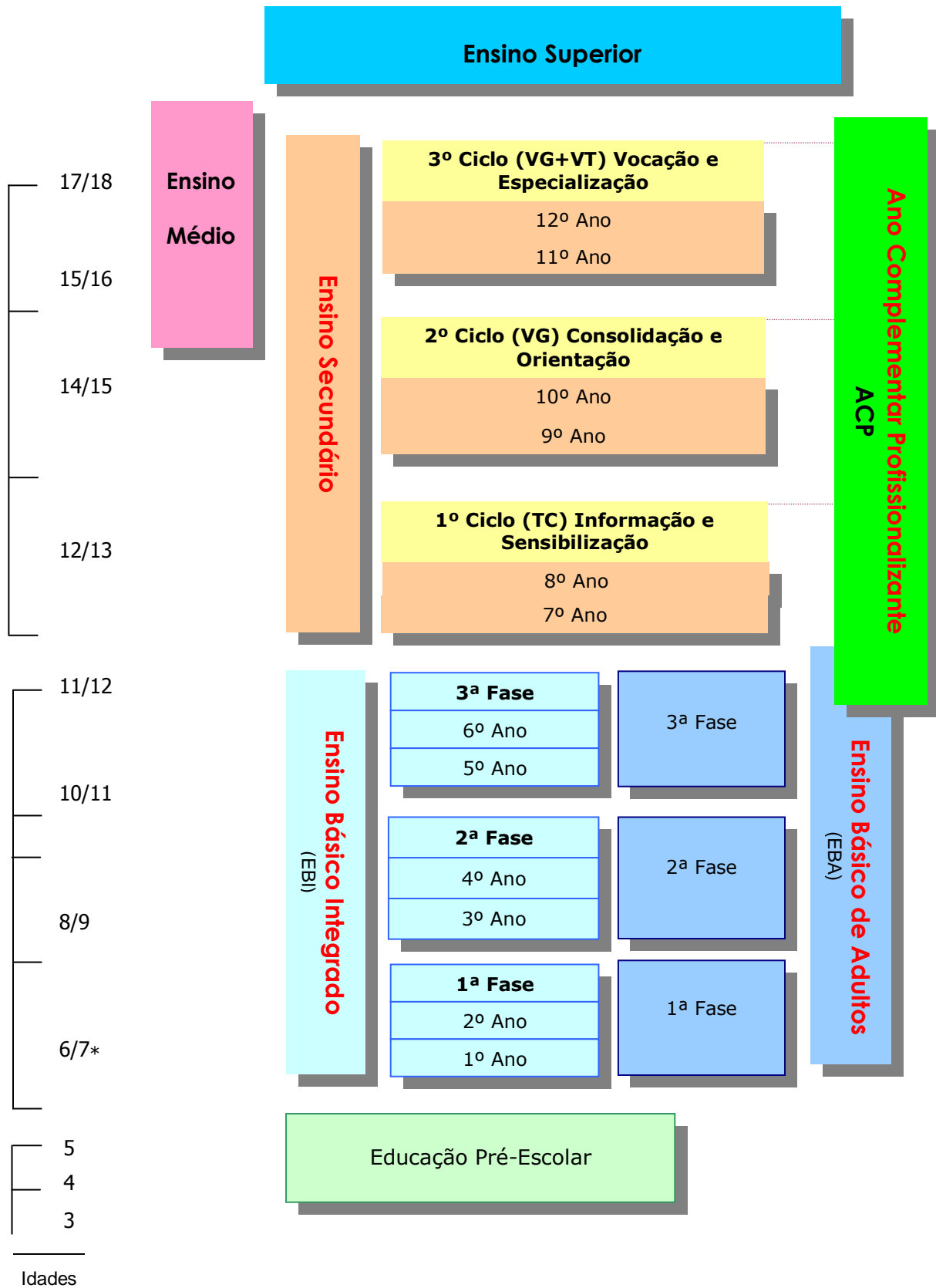
A via do ensino técnico abrange os mesmos níveis de ensino que a via geral e visa fundamentalmente a preparação para o ingresso na vida activa.

Os principais objectivos do ensino secundário se resumem em promover o desenvolvimento da capacidade de análise de modo despertar o espírito de pesquisa e de investigação, proporcionando a aquisição de conhecimentos com base na cultura humanística, científica e técnica visando nomeadamente, a sua ligação com a vida activa, permitir os contactos com o mundo de trabalho visando a inserção dos diplomados na vida activa;

De modo a responder os objectivos propostos neste nível e melhor servir o mercado de trabalho optou-se a uma nova reforma no ensino técnico transformando o 3º Ciclo deste subsistema num ciclo de “Vocação e Especialização”, adaptado às exigências da formação vocacional, tecnológica e profissionalizante. Neste ciclo o aluno poderá optar entre as duas vias de ensino.

O esquema que se segue apresenta a nova organização do sistema educativo com a reforma do ensino técnico.

Estrutura do Sistema Educativo Após da Reforma do Ensino Técnico



Alfabetização e Educação de adultos

A educação extra-escolar tem como objectivo fundamental promover a elevação do nível escolar e cultural de jovens e adultos, garantindo a possibilidade de acesso destes ao ensino básico de adultos. Á semelhança do EBI, encontra-se estruturado em três fases, mas articulado, de acordo com os interesses do público-alvo, a formação académica com a formação profissional e com acções de desenvolvimento comunitário.

O programa Nacional da educação de adultos teve início com a independência nacional, em Julho de 1975, altura em que a taxa de analfabetismo era de cerca de 65%.

Os cursos de educação básica de adultos seguem um plano curricular que garante um nível de preparação equivalente ao de ensino básico. Contudo as metodologias da educação básica de adultos apresentam características específicas, pois se trata de educar adultos proporcionando lhes condições para a sua reintegração na vida activa.

Ainda neste subsistema, concebeu-se um novo desenho curricular da educação básica de adultos, baseado em competências, com vista a responder os grandes desafios que se colocam, hoje, à sociedade cabo-verdiana, e às expectativas de muitos jovens e adultos, dispondo-lhes maior possibilidade de sucesso num mundo cada vez mais competitivo.

Ensino Médio

O Ensino Médio é de natureza profissionalizante. Visa a formação de quadros médios e tem geralmente a duração máxima de três anos.com estudantes que possuem o 12º ano via geral ou técnica.

Ensino superior

O Ensino Superior visa proporcionar uma formação científica, técnica, humanística e cultural, que habilita o indivíduo para as funções de concepção, de direcção de execução e de investigação. Esta modalidade de ensino começa a ser implementada em Cabo Verde a partir da criação da Escola de formação de Professores do Ensino Secundário, conferindo o grau de bacharéis aos diplomados por esta instituição. Contudo, é, a partir de 1992, que se cria a Comissão Instaladora do Ensino Superior no âmbito da reforma de ensino, com o objectivo de se fazer o enquadramento institucional das competências previsto para esse nível de ensino.

Apesar das alterações significativas neste sector, a maioria da formação superior continuou sendo realizada no exterior.

Com a massificação do ensino secundário e num cenário caracterizado por um grande contraste entre a procura do ensino superior e as possibilidades de sua frequência no exterior, para além de outros factores de natureza socio-económica e política, o ensino superior local conheceu um grande impulso com a instalação de institutos de ensino superior e universidades, sobretudo a partir do ano 2000.

2.2.2- Organização curricular e sistema de avaliação

A estrutura curricular dos diferentes níveis de ensino foi sofrendo modificações à medida que eram introduzidas alterações nos propósitos dos diferentes subsistemas e níveis de ensino.

Assim, uma vez que o ensino básico constitui um ciclo único, autónomo, universal e obrigatório, os planos de estudo desse ciclo encontram-se organizados em áreas disciplinares, destacando-se a Língua portuguesa, Matemática, Ciências Integradas e Expressões (Artística, Física Motora e Musical), obedecendo aos princípios da unidade curricular e da integração disciplinar.

Na perspectiva de cada vez maior especificação de conhecimentos e das competências, os planos de estudos para os níveis secundário (via geral e via técnica) e superior foram estabelecimentos.

No anexo são apresentados os planos de estudo dos diferentes níveis...

Para além dos planos de estudo, o sistema é dotado de instrumentos de controlo e regulação, nomeadamente do sistema de avaliação. Os princípios e os critérios de avaliação são diferenciados para as diferentes fases do ensino e são objecto de regulamentação específica.

Deste modo, na portaria nº 11/95, de 13 de Março e regulada a avaliação do ensino básico. Face às novas exigências, aprovou-se um novo regime de avaliação no ensino básico Decreto-lei nº 43/2003, de 27 de Dezembro. Corporiza-se no diploma um modelo de avaliação que possibilita as escolas e aos professores emitir um juízo valorativo e classificativo no fim de cada ano de escolaridade, com excepção do 1º ano da 1ª fase, com a possibilidade de retenção a partir do 2º ano da 1ª fase.

Conducentes à configuração do sistema de avaliação se destacam o caso específico da avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) tendo em conta a natureza

das necessidades, o tipo de ensino, a forma de expressão e os códigos de comunicação utilizados, contudo não se verifica na prática a tal diferenciação da modalidade da avaliação.

A avaliação no ensino secundário processa-se em conformidade com os ciclos em que está organizado, nomeadamente: 1º, 2º e 3º ciclos, devendo as escolas ter, de entre outros, os seguintes instrumentos de registo da avaliação, como: livro de termos de frequência e avaliação para efeitos de emissão de certificados; a caderneta da turma que permite ao director de turma fazer o registo dos resultados de frequência e avaliação dos alunos nas respectivas turmas e a caderneta do professor que contem informações sobre a frequência e o aproveitamento do aluno durante os três trimestres que compõem o ano lectivo.

Independentemente desses instrumentos de registo, a avaliação nesse nível funciona sob critérios de classificação e de transição.

Sendo para o primeiro se aplica dois testes sumativos, no mínimo, em cada trimestre, e recolhidos outros elementos da avaliação (perguntas orais, e escritas, trabalhos individuais e de grupo, etc.) que devem ser classificados na escala de 0 a 20.

2.2.3- Infra-estruturas, estabelecimentos de ensino e corpo docente

No EBE tem se criado várias salas, contando com mais 119 salas desde a independência, contudo, continuam a sentir-se uma grande carência a este nível o que se reflecte na preocupação de funcionamento com 3 turmas por sala, e conseqüentemente, redução da respectiva carga horária diária para 2h 30min.

O EBC contava em 1980 com 15 estabelecimentos e 108 salas, com reduzida cobertura do território, limitando a possibilidade de muitos alunos frequentarem esse nível de ensino. No Ensino Secundário a situação era ainda muito mais limitativa, pois, os dois liceus existentes (Domingos Ramos na Praia e Ludgero Lima, no Mindelo) contavam apenas com 51 salas, existindo uma secção no Sal (esta só mais tarde chegou a ser homologada pelo estado) e a escola comercial e industrial no Mindelo.

Inicialmente os professores praticamente não possuíam formação profissional, contando apenas com a formação académica que entretanto não era também muito elevada.

O corpo docente no EBE contava, em 1979/80, com 1225 professores dos quais só 9.8% com o curso de Magistério primário, 80% tinham apenas a 6ª classe, sem qualquer preparação pedagógica, e 10% eram simples monitores, com a 4ª classe e dois meses de formação. No EBC, dos 203 professores, apenas 5% tinham habilitação profissional, sendo a maior parte

jovens com o curso complementar liceal concluído e que aguardavam a obtenção de bolsas de estudo para irem para o estrangeiro ou procuravam encontrar um emprego melhor remunerado.

2.3- Alguns indicadores da evolução da Educação

Uma das preocupações iniciais das autoridades, desde a independência nacional, foi a alfabetização da população. Assim, a partir de 1977 foram criados centros concelhios, com círculos de cultura e actividades de alfabetização, tendo em vista a redução da taxa de analfabetismo que era superior a 60%³⁷. No programa do partido no poder, saído da Conferência dos quadros da educação em 1977 foi estabelecido como meta a redução dessa taxa para 20% até 1990. Não obstante o desafio não tenha sido cumprido na íntegra, conseguiu-se uma redução do analfabetismo para cerca de 30%.³⁸ Refira-se que esse valor colocou Cabo Verde numa situação privilegiada a nível do continente africano, por ser a taxa mais baixa do continente.

Com efeito, entre 1979 e 1990, foram alfabetizadas cerca de 51.112 pessoas, 58% das quais são mulheres.³⁹ Nos anos seguintes, o número de adultos alfabetizados tem vindo a diminuir, tendo o decréscimo sido mais acentuado entre 1989/90 e 1992/93⁴⁰

Concebendo a educação como factor de desenvolvimento, a partir de 1992 o processo de alfabetização de adultos conheceu uma nova orientação, introduzindo-se uma abordagem que leva em conta a capacitação dos cidadãos para o processo de desenvolvimento. Deste modo, a preocupação deixa de estar centrada apenas no saber ler e escrever para integrar outros componentes que tornariam o alfabetizado num “agente de desenvolvimento” da sua comunidade. Assim a investigadora Maria Manuela nos acena: em 1993, a taxa de analfabetismo era de 28.5%⁴¹. Contudo este valor tem sido diminuído gradualmente, tendo atingido actualmente o valor de cerca de 18%.⁴²

Com o alargamento da escolaridade básica até seis anos e com a expansão do ensino secundário, registou-se um crescimento acelerado dos efectivos escolares e, conseqüentemente, houve uma grande pressão sobre as infra-estruturas existentes. Assim, no decurso dos anos 90, a rede escolar do EBI e do ES passou a integrar 345 e 8 escolas

³⁷ Idem ref. 8, p.165

³⁸ Op cite. P165...

³⁹ Op cite, p. 166.

⁴⁰ Idem ref.

⁴¹ Idem ref.

⁴² In, Desenho Curricular de Educação e Formação de Adultos, Abril, 2008.

respectivamente. Contudo, apesar dos avanços conseguidos na década de 90, o Estado de Cabo Verde sentiu a necessidade de continuar a política de construção de escolas e da melhoria das condições físicas nas escolas existentes.

Sendo evidente a fraca capacidade de o país custear os investimentos feitos, o recurso à cooperação internacional foi a alternativa encontrada.

Sendo incontestáveis as necessidades de capacitação dos docentes visando adaptar os professores às necessidades da reforma implementada no sistema educativo, tem sido realizada inúmeras formações tanto a nível do ensino básico como a nível do ensino secundário.

Cabo Verde é um país de poucos recursos económicos de grandes valores económicos, pois o seu subsolo não possui recursos minerais que lhe garantam um alto nível de desenvolvimento da economia nacional. Esta situação constitui um dos factores que limitam o desenvolvimento da educação, sendo necessário desenvolver uma política que vise a minimização dos problemas que opõem o desenvolvimento neste sector. Refira-se anteriormente que o recurso à cooperação estrangeira constitui uma das medidas desenvolvidas para de entre outras suportar os custos do funcionamento da educação.

É comumente aceite que o esforço de um país em prol de um sector como o da educação, mede-se através do relacionamento das despesas públicas neste sector com o orçamento Geral do Estado, como é o caso de Cabo Verde.

O quadro que se segue representa as despesas da educação no Orçamento Geral do Estado - 1981 a 2005.

Ano	Total da educação em %	Total do Estado
1990	13.2%	100%
1994/1995	12,9%	100%
2000	*	
2005	20.7%	100%

Fonte: GEP/MEES.

* Sem dados

Constata-se do quadro que o sector educativo absorve grande parte do orçamento Geral do Estado, referindo-se apenas as despesas de funcionamento, enquanto as despesas de investimento são na sua maioria asseguradas por recursos estrangeiros.

2.4- A percepção social da educação

Se é certo que a discrepância socioeconómica e regional repercute fortemente no acesso ao ensino, sendo este o instrumento do progresso individual e de ascensão social, torna-se absolutamente justificável as medidas de natureza social implementadas a nível do sector educativo. Dessas medidas destacam-se pelo menos duas, tendo em conta os seus efeitos na promoção de igualdade social: os apoios sócio-educativos desde o pré-escolar ao ensino superior e a extensão de rede escolar do ensino básico a todas as localidades e do ensino secundário a todos os concelhos do país.

Analisando a situação socioprofissional dos pais e encarregados de educação dos alunos dos diferentes níveis de ensino, constata-se que os níveis de educação mais baixos tem maior representação nas profissões rurais e à medida que o nível de escolaridade aumenta, aumenta também o peso das profissões urbanas, com particular realce para a função pública. Este sector constitui durante muito tempo o principal nivelador da procura pelo ensino e pela formação.

No domínio dos apoios socioeducativos é de se destacar o papel do Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (ICASE), criado em 1983, sucedendo o Departamento de Acção Social Escolar da Secretaria-Geral do Ministério da Educação. A principal fonte de financiamento dessa instituição é o Orçamento Geral do Estado. Para efeito as acções do ICASE traduzem-se, nomeadamente, em:

1- Assistência às cantinas e materiais escolares destinados ao ensino básico. Este é dos programas mais notáveis no domínio da acção social em Cabo Verde, tendo contribuído não só para promover a frequência no ensino publico, pré-escolar e básico mas também para mitigar o problema da nutrição, promovendo deste modo as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

O programa de assistência às cantinas escolares foi implementado com o apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM). Porém, tendo o país atingido o estado de desenvolvimento de nível médio, está em curso um processo de desengajamento progressivo do PAM, e ficando o Governo de Cabo Verde responsável pela continuação do programa.

2- Subsídio de transporte ao ensino secundario. Trata-se de uma modalidade de apoio aos alunos pertencentes a comunidades carentes e distantes dos estabelecimentos de ensino. A título de exemplo, no ano lectivo 1992/93 foram beneficiados 133 alunos, nos concelhos de Maio, Tarrafal de Santiago, Brava, S. Nicolau, Mosteiros, Paul e Praia, enquanto que nos anos que se seguiram, 1993/94 e 1994/95, foram beneficiados 339 e 372, respectivamente. A

experiência neste domínio começou na ilha de Boa Vista, com a disponibilização de alojamento e sala de leitura, material escolar e actividades de tempos livres a 26 alunos do Ensino Básico Complementar, através da cooperação internacional, especialmente com o Governo de Luxemburgo.

Os subsídios de transporte atribuídos aos alunos do EBC, deixaram de existir com a generalização da reforma do ensino, uma vez que os 6 anos de escolaridade básica obrigatória passam a ser ministrados em estabelecimentos de ensino próximos das comunidades. A partir dessa altura, o subsídio de transporte passou a ser atribuído aos alunos do ensino secundário e pontualmente a jovens que frequentam cursos profissionais distantes das suas zonas de residência.

3- Bolsas de estudo. É um programa que abrange sobretudo o ensino secundário, sob a forma de propinas e/ou subsídios. Esse programa tem contribuído grandemente para a frequência de alunos carenciados ao subsistema de ensino secundário.

Nos últimos anos, esse o programa foi alargado aos estudantes do ensino superior no país e à formação profissional.

Cabo verde atingiu, hoje, indicadores económicos e sociais altamente positivos e reconhecidos.

Todavia, os níveis de pobreza continuam elevados com particular incidência nos meios rurais devido, ainda, a fragilidade da economia cabo-verdiana sendo evidente o desemprego continua ainda um dos principais factores da pobreza do país.

De acordo com os dados fornecidos pela INE, no que se refere às receitas e despesas familiares, cerca de 29% da população é considerado pobre, sendo 41% refere-se ao meio rural e 21% aos meios urbanos e 17 %, muito pobre.

Quadro de evolução dos apoios sócio-educativos do Ensino Básico e Pré-escolar
(1995 a 2006)

Ano lectivo	Cantina escolar									
	EBI		Pré-escolar		Transp. Escol		Bolsas de estudo		Mat. didáct	
	Nº B	Valor	Nº B	Valor	Nº B	Valor	Nº B	Valor	Nº B	Valor
1995/96	86688	66961007	#	#	311	2059000	432	9920000	27583	5400000
2000/01	62196	46952066	8539	»	#	#	311	2721878	#	#
2005/06	87000	95683605	16400	»	2200	13550000	450	8500000	12000	10500000

Fonte: ICASE

O programa não funcionou nesse período.

» O custo de financiamento das cantinas Escolares para o pré-escolar é suportado pelas próprias instituições proprietárias dos mesmos.

Para além dos aspectos já focados, os quais evidenciam a função social dos serviços indexados à educação, as questões relativas à vertente curricular merecem destaque na avaliação que as pessoas fazem do sector da educação. A visão dos cidadãos sobre a educação está razoavelmente expressa nas respostas aos questionários apresentados em anexo.

Apesar da esmagadora maioria dos inquiridos (gráfico 3.2.1) avaliar positivamente a correspondência entre a expectativa da sociedade e o que a escola oferece, os comentários revelam a existência de um défice em termos de preparação do aluno para a vida prática. A alegação é de o currículo nem sempre está ajustado à realidade dos alunos e, os próprios professores revelam dificuldades na gestão dos programas. É opinião comum que os alunos concluem o 6º ano do ensino básico (hoje, escolaridade mínima obrigatória) com pouca ou mesmo sem qualquer preparação para enfrentarem a vida, nem tem os conhecimentos desejáveis para prosseguirem os estudos.

Esta situação constitui um dos factores que contribuem para a considerável taxa de insucesso no ensino secundário que era em 2005 de cerca de 26%.

Baseando nesses resultados e nos contactos quotidianos com pessoas que de alguma forma se vêm ligadas ao fenómeno educativo, se depreende que falta ainda melhorar a correspondência entre o que se ensina na escola e a realidade dos educandos.

Não obstante as pessoas considerarem o modelo de educação globalmente bom (79%), registam-se queixas sobre a forma como os professores e demais actores do processo vem gerindo o processo de ensino aprendizagem e o sistema na sua globalidade (gráfico 3.2.2 e 3.2.3).

Refira-se por exemplo as deficiências quanto a implementação da reforma educativa dos anos 90, sobretudo no concernente á formação e acompanhamento dos professores.

Embora os pais considerem que a escola “comunica” frequentemente com as famílias que mais participam nas actividades escolares (gráfico 3.2.4 e 3.2.5), criticam o facto de a escola professores não procurem inteirar-se da razão da pouca participação das outras famílias na escola. Um aspecto bastante pertinente a considerar nos comentários feitos prende-se com o facto de as famílias e a comunidade serem chamadas à escola mais para tratar de problemas, nomeadamente os de ordem disciplinar dos alunos, do que propriamente para participarem

efectivamente na vida da escola. Do mesmo modo, a escola revela pouca preocupação para com os problemas da comunidade.

Analisando a situação actual, pode-se constatar uma forte tendência para uma maior aproximação entre a escola, família e a comunidade, reservando-se às primeiras um papel cada vez mais importante no desenvolvimento da educação, alias como já se disse, *“a escola é mais do que um lugar onde as crianças aprendem factos e conceitos... é um lugar onde ocorre a interacção social”⁴³*

Depreende-se dos estudos feitos que não existe um modelo ou mecanismo de atendimento das famílias na escola e nem um esquema formal de atendimento, pelo contrário, existe uma diferenciação de atendimento. Constata-se ainda que as famílias mais escolarizadas ou formadas preocupam-se mais com o prosseguimento dos estudos dos educandos e, conseqüentemente, aparecem mais vezes na escola e são sempre melhor atendidas. Pelo contrário, as outras aparecem normalmente no final do ano. Para incentivar a participação, a escola deve proporcionar informações significativas e precisas aos pais menos informados sobre a progressão dos seus filhos, sobre os programas educativos, como também, explicar a forma como eles podem participar de forma activa sobre acções preventivas e correctivas de que os mesmos precisam.

As pessoas contestam o papel, a atitude e a qualidade do professor ao preocupar-se quase exclusivamente com o cumprimento dos programas, dispensando pouca atenção á formação social (educação para valores) dos alunos. Deste modo, o papel da escola na formação moral e cívica das novas gerações e da sociedade no seu todo, é quase irrelevante. Refira-se que a escola deve de entre outras contribuir para a manutenção da ordem social, transmitindo cultura e valores aos educandos, esclarecendo-os para um exercício consciente da sua cidadania.

Apesar do gráfico 3.2.8 ter demonstrado que 70% dos inquiridos considera razoável a relação entre o currículo e a necessidade de inserção do aluno na sociedade, os currículos propiciam poucas oportunidades aos educandos com relação à sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade em geral, pois, enquanto o mercado requer uma certa especificidade técnica, a escola privilegia um currículo generalista muito teórico, distante da realidade e não actua eficazmente na orientação profissional dos alunos.

De referir que 80% considera razoável a qualidade de ensino (gráfico 32.9). Contudo, a realidade tem demonstrado que a nível do saber-fazer e do saber-ser se verifica alguma

⁴³ Modulo de Formação Escola Comunidade (2005).

deficiência. Na base disso pode estar o fraco interesse dos professores na diversificação de metodologias que suscitem o desenvolvimento de raciocínio nos educandos, na fraca comunicação entre a escola e as famílias/ comunidade como também na troca de experiências entre os próprios professores, para além de outras deficiências na organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e do sistema no seu todo.

Do mesmo modo, 50% dos inquiridos considera que existe pouca qualidade nos conhecimentos adquiridos, 20% consideram elevada e 30% não emitiram qualquer opinião. A avaliação negativa da qualidade dos conhecimentos adquiridos pelos alunos está muito associada à percepção de que os alunos concluem o EBI sem saber ler, nem escrever e nem transferir os conhecimentos do contexto escolar para o contexto da vida quotidiana.

As respostas indicam que o nível de instrução contribui para melhorar a condição de vida das pessoas (gráfico 3.2.10). Pois o nível de instrução contribui para uma actuação mais correcta e consciente, uma vez que pessoas instruídas dispõem de recursos mais eficazes a mobilizar.

As pessoas inquiridas revelam o reconhecimento de que a educação tem contribuído significativamente em todos os sectores,

O resultado do gráfico 3.2.11 revela o facto de que em qualquer dos parâmetros, as famílias tem conseguido benefícios com as reformas da educação tanto a nível da possibilidade de acesso (60%), a nível da minimização dos custos com a educação dos filhos (10%) como também no rendimento escolar dos educandos (20%). Basta verificar o número dos efectivos escolares do início dos anos 90 /91 se comparados com os efectivos após a generalização da reforma “2000/01.

Por conseguinte um número significativo de pessoas afirma que a educação perdeu alguma qualidade com a reforma educativa.

Esse facto pode ter na sua base o desequilíbrio entre os recursos disponíveis e as necessidades decorrentes da massificação do ensino.

Quadro comparativo da educação em Cabo Verde nos períodos pré e pós independência

P e r í o d o s	
Pré -Independência	Pós -Independência
Parte-se do discurso dominante que era o de um só povo, uma só nação e uma só cultura do Minho ao Timor. Considera uma abordagem anti científica da realidade. Era concebida uma educação ao serviço da metrópole.	Parte-se da existência de um povo e uma nação com identidade própria. Concebe-se a educação como via de realização integral do homem.
As grandes decisões de política, geral e educativa eram definidas a partir da Metrópole, pois, não existia uma política educativa cabo-verdiana.	Existe um estado independente, dotado de órgãos próprios do poder que decidem, soberanamente, em matéria de política geral e de política educativa, existindo um sistema educativo cabo-verdiano.
A educação visava, essencialmente, formar cidadãos portugueses sintonizados com desígnios portugueses. O domínio dos saberes tinha por objectivo assimilar os cabo-verdianos à cultura e à realidade portuguesas	Encara-se a educação com condição estratégica para o desenvolvimento do país e de realização pessoal e social dos indivíduos.
Era uma educação que promove valores como os do patriotismo, isto é, o sentimento de pertença à pátria portuguesa. Era uma educação intimamente ligada aos valores da moral crista (católica), que eram bem tratados nos textos, sobretudo nos da Língua Portuguesa.	Persevera uma educação que promove os valores da independência, da liberdade, da justiça, da democracia e direitos humanos. Contudo, a abordagem dos valores nessas últimos anos tende a ser pouco eficaz, devido a défice de formação de professores e a ausência de uma intervenção coordenada dos diversos agentes vocacionados (as instituições públicas, as igrejas, as ONG's), etc.

<p>Os programas e manuais pouco reflectiam a realidade cabo-verdiana. No entanto, o núcleo essencial do saber estava concentrado o domínio teórico e prático dos conhecimentos.</p>	<p>Os programas e currículos reúnem a perspectiva universal da educação com a preocupação de reflectir realidade cabo-verdiana, ainda que de forma nem sempre bem conseguida. Os manuais são normalmente extensos e menos bem elaborados.</p>
<p>Predominam métodos tradicionais, com forte predomínio das técnicas expositivas; a memorização prevalece sobre a compreensão e a participação dos alunos é mínima. Contudo, os métodos tradicionais são acessíveis à população letrada, que assim participava nos processos de aprendizagem inicial.</p>	<p>As metodologias e tecnologias educativas são modernas e atractivas e fazem apelo à participação dos alunos, mas são acessíveis aos professores e de difícil domínio por parte da população, constituindo assim dificuldade em coadjuvar nos processos de aprendizagem.</p>
<p>A gestão estratégica da educação é reservada pela Metrópole, existindo alguma desconcentração nas delegações dos concelhos (não a todos os níveis), a ligação com a comunidade era muito escassa; o estilo de liderança dominante era o autoritário.</p>	<p>A gestão do sistema educativo é “nacionalizada” passando a ser prerrogativa do estado; Há reforço da desconcentração da educação e aumento da autonomia da escola.</p>

Conclusão

Com base nas informações recolhidas e apresentadas no presente trabalho, pode-se afirmar que a educação cabo-verdiana foi, durante o período colonial, um património do sistema colonial português, na medida em que o processo de descoberta e do povoamento das ilhas, cravado também nas carteiras expansionistas religiosas, fez com que se instaurasse as primeiras estruturas do ensino no país que visavam sobretudo a educação dos escravos procurando assim facilitar-lhes a comunicação com os seus donos/senhores.

Após a independência nacional, a educação alcança uma nova dimensão e é concebida como um factor de modificação dos sistemas sociais, possibilitando o processo de desenvolvimento da nação. Inequivocamente, a evolução do processo de desenvolvimento de Cabo Verde demonstra que o ensino e a educação, para além de se terem imposto como condição fundamental para o progresso do país, contribuíram de forma efectiva para o avanço deste processo, não obstante as limitações de várias ordens que condicionam o sector. É numa lógica progressista e desenvolvimentista que foram introduzidas as reformas educativas tanto as do período da era colonial como as do período pós-independência. O objectivo principal dessas reformas foi sempre reestruturar o universo educativo cabo-verdiano no sentido de responder de forma eficaz aos inúmeros desafios impostos pelas profundas transformações que vinham ocorrendo nas esferas político, socio-económico e cultural, tanto a nível interno, como a nível externo.

Actualmente a educação em Cabo Verde caracteriza-se por uma elevada procura de serviços, do pré-escolar ao ensino superior, consequência da interiorização, tanto da parte dos poderes públicos, como da parte dos cidadãos, da importância da educação para o desenvolvimento pessoal e social.

Não obstante a grande vontade de dotar o país de um sistema educativo à altura das suas necessidades, o desequilíbrio entre o aumento da procura e a disponibilidade de recursos (humanos, materiais e infra-estruturais) apresentou-se desde muito cedo como um dos aspectos críticos da gestão do sistema, se bem que o país sempre contou com o apoio da cooperação internacional.

Apesar das limitações, as medidas implementadas ao longo dos tempos que seguiram à independência traduziram-se em significativos progressos no sistema educativo, os que se traduziram na redução drástica da taxa de analfabetismo, aumento da escolarização básica e do acesso ao ensino secundário, melhoria das condições infra-estruturais e organizativas, etc, factos que concorreram decisivamente para a boa qualificação de Cabo Verde, no que concerne aos indicadores de educação.

Não obstante os dois períodos da história de educação em Cabo Verde se caracterizarem por aspectos específicos, é possível identificar um factor comum que se relaciona com os pressupostos filosóficos e políticos que estão na base da organização política e social em que se baseava o sistema educativo.

Consciente de que o tema em apreço não ficou esgotado com o presente trabalho, pois a amplitude e a complexidade do mesmo, acrescidas das exigências decorrentes do regulamento do trabalho científico a nível bacharelato, julgamos terem ficado abertas as portas para futuras investigações.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, Maria M. *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Ed. Spleen. 2002.
- CARNEIRO, Roberto. *Educação na República de Cabo Verde*. 1988.
- FERRINHO, Homero. *Desenvolvimento Rural*. Instituto Cabo-verdiano do Livro.1987.
- SEMEDO, Manuel B. *A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL). Praia, 2006.
- SILVA, Francisco L. *Historia Breve da Educação em Cabo Verde até a Independência* (I). NOTÍCIAS.23/12/91.
- SILVA, Francisco L. *Historia Breve da Educação em Cabo Verde até a Independência* (III). Notícias, 18/02/92.
- SILVA, Francisco L. *Historia Breve da Educação em Cabo Verde até a Independência* (V). NOTÍCIAS.17/04/92.
- SILVA, Francisco L. *Historia Breve da Educação em Cabo Verde até a Independência* (VI). NOTÍCIAS. 08/05/92.
- VARELA, Bartolomeu L. *Manual de Planeamento e Gestão de Instituição Educativa* (Material didáctico fornecido aos alunos do 1º ano do curso de Supervisão e Orientação Pedagógico). Instituto Superior de Educação, ano lectivo 2004/2005.

A N E X O S

QUADROS

Quadro 1- principais indicadores da educação

Ensino pré-escolar

Ano lectivo	Nº de jardins/sala	Nº de crianças	Educ	Monitores	Orientadores	Total
2000/2001	384	19810	0,00	0,00	0,00	799
2004/2005	460	21569	22	52	862	

Fontes: GEP

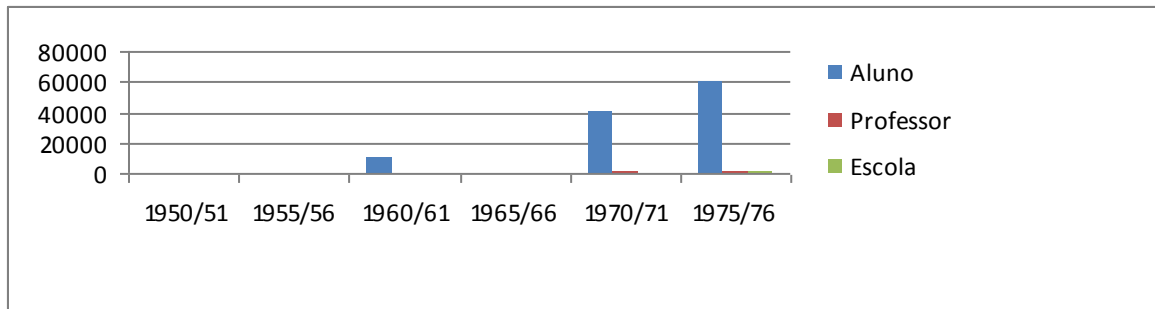
Quadro 2-Principais Indicadores da Educação - 1950/01 a 1975/76

Ensino Básico

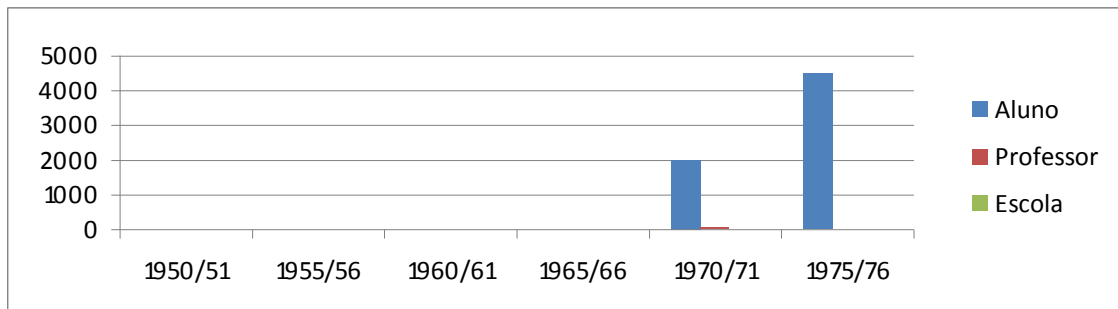
Ano lectivo	Ensino Básico			Ensino Preparat			Ensino Secundário		
	alun	prof	esc	Alun	prof	esc	alun	prof	esc
1950/51	500	-	-	-	-	-	-	-	-
1955/56	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960/61	10000	165	125	-	-	-	-	-	-
1965/66	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970/71	4100	840	332	2000	63	5	-	-	-
1975/76	60000	1500	800	4500	-	-	2614	-	-

Fontes: MEES e Arquivo Histórico Nacional

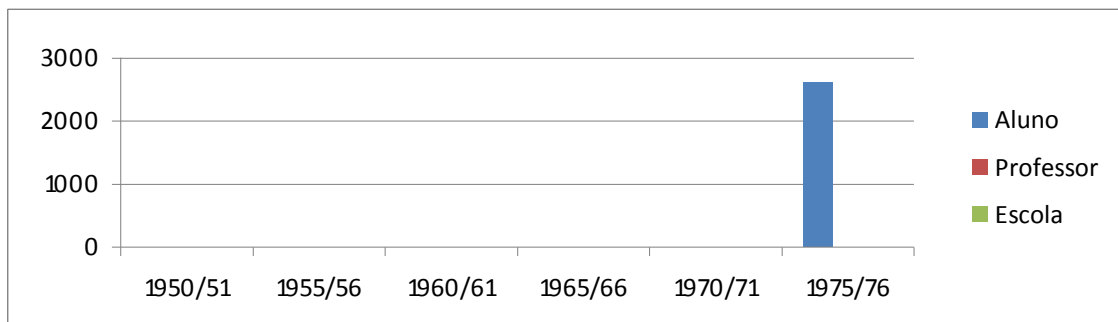
Ensino Básico



Ensino Preparatório



Ensino Secundário

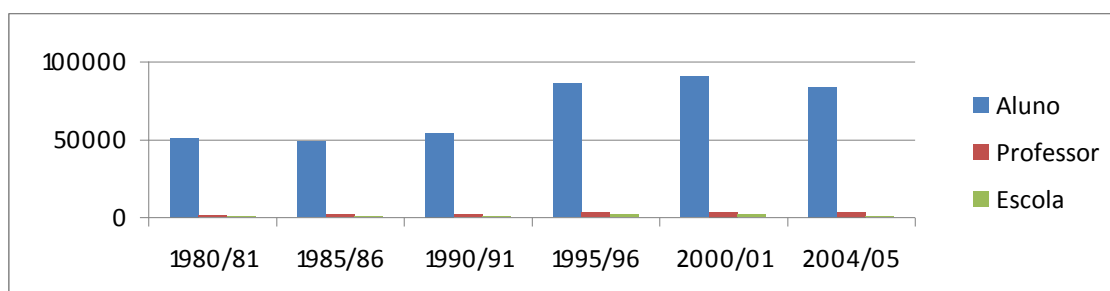


Quadro 3. Principais Indicadores da Educação – 1980 a 2004/05

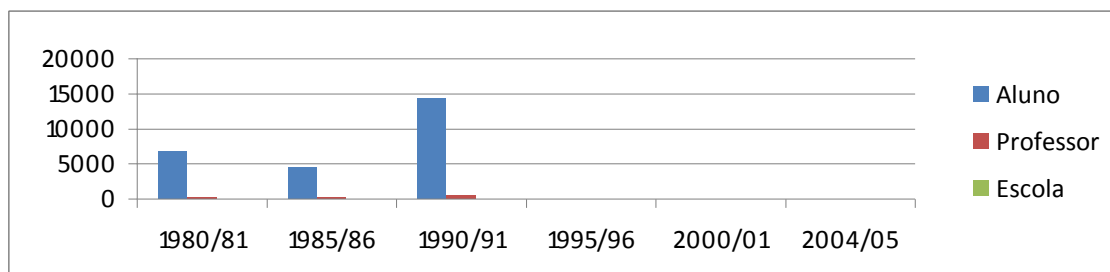
Ano Lectivo	Ensino Básico			Ensino Preparat			Ensino Secundário		
	alun	prof	esc	alun	prof	esc	alun	prof	esc
1980/81	50824	1402	436	6760	238	15	3424	160	4
1985/86	48409	1493	436	4502	295	15	5654	167	5
1990/91	54413	1715	345	14460	471	-	9586	307	8
1995 /96	86000	3000	1600	-	-	-	-	-	-
2000/01	90640	3214	193 p 1796s	-	-	-	44748	1886	
2004/2005	83985	3190	198p 422 es	-	-	-	52671	2278	29

Fontes: MEES e Arquivo Histórico Nacional

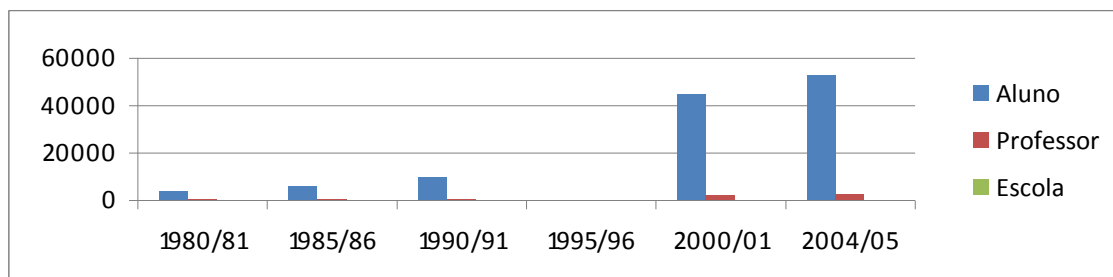
Ensino Básico



Ensino Preparatório



Ensino Secundário



Quadro 4- evolução da qualificação dos docentes 2000 a 2005 (Ensino Básico)

Ano lectivo	Escolas	Alunos	Qualificação dos professores									Total
			1ª Fase	2ª Fase	C. Médio	EHPPE	Frequência 1ª Fase	Frequência 2ª Fase	I.P	M.P.	S/F	
2000/01	1610 a) 1796b)	90640	970	413	7	14	76	7	703	47	971	3214
2004/05	-	-	752	445	-	6	-	42	1218	25	702	3190

Fonte: GEP/ MEES

Quadro 5- evolução dos efectivos e qualificação dos docentes - 2000 a 2005 (Ensino secundário)

Ano Lectivo	Escolas	Alunos	Qualificação dos Docentes			Total
			Perfil	Perfil 2	Perfil 3	
2000/01	29	44748	521	654	664	1886
2004/05	29	52671	692	734	852	2278

Fonte: GEP/MEES

Perfil 1- professores com licenciatura ou mestrado/pós graduação

Perfil 2- professores com curso superior s/licenciatura

Perfil3- professores com 2º ano CC, ano zero/12º, curso médio, inferiores a 12º, Freq C.S. s/licenciatura, Freq. C.S. c/licenciatura

Quadro 6 - evolução dos efectivos e qualificação dos docentes - 2000 a 2005

(Ensino superior)

Ano Lectivo	Escolas	Alunos	Qualificação dos Docentes				
			Perfil	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Total
2000/01	-	661	S/d	S/d	S/d	S/d	188
2004/05	88	3911	37	125	313	10	485

Fonte: GEP/MEES

Quadro 7- evolução dos efectivos e qualificação profissional (Educação extra escolar)

Ano lectivo	Escolas/ Ciculo de Cultura	Alunos	Qualificação dos professores									Total	
			1ª Fase	2ª Fase	C. Médio	EHPPE	Frequência 1ª Fase	Frequência 2ª Fase	I.P	M.P.	S/F		
1980/81	131	1759	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	
1985/86	829	5957	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	
1990/91	900	5606	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	
1995/96			S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	
2000/01		2505	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	
2004/05	366	4922	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d	

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pelo MEES

S/d – sem dados

GRÁFICOS

Gráficos relativos aos inquéritos em relação ao sistema educativo na época colonial

Gráfico 3.1.1:

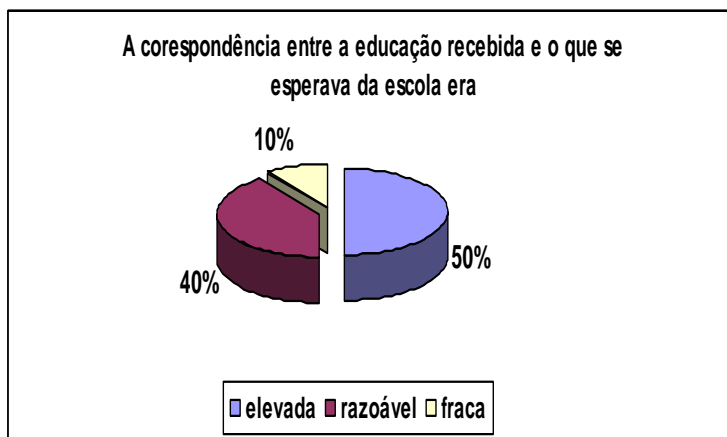


Gráfico 3.1.2.

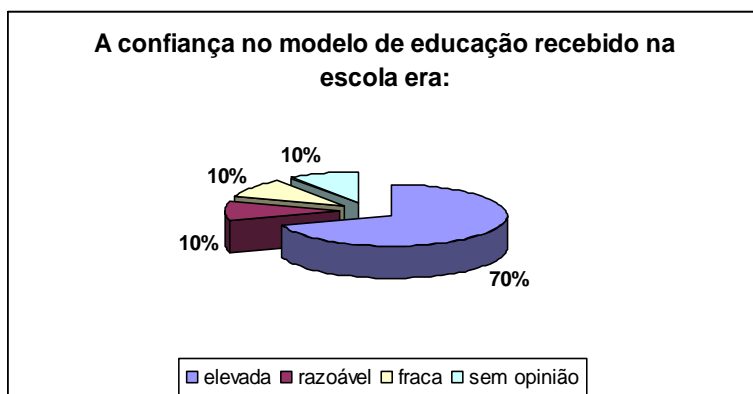


Gráfico 3.1.3

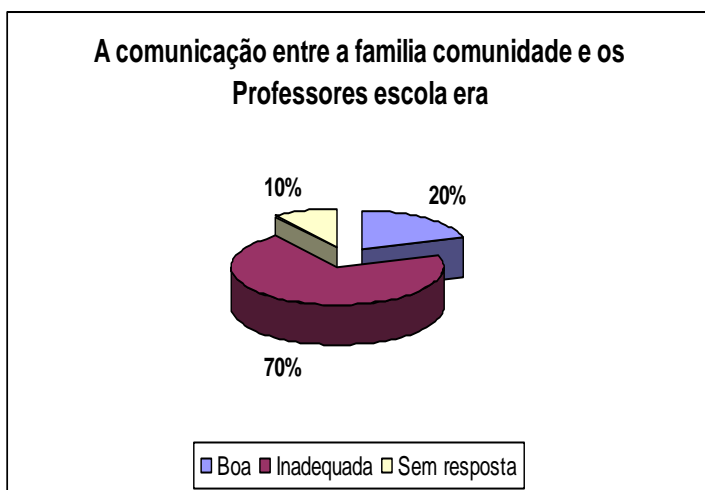


Gráfico 3.1.4.

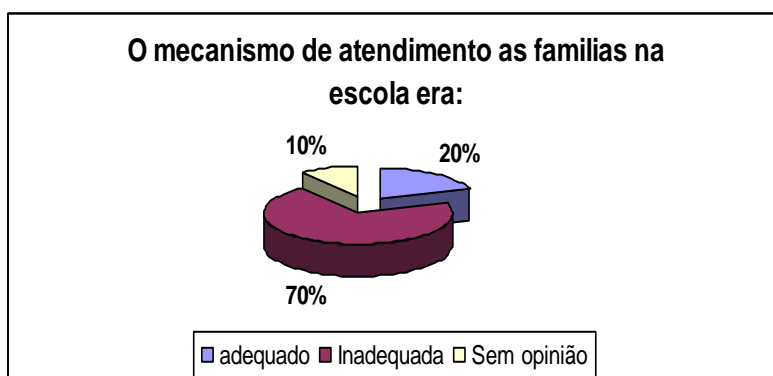


Gráfico 3.1.5

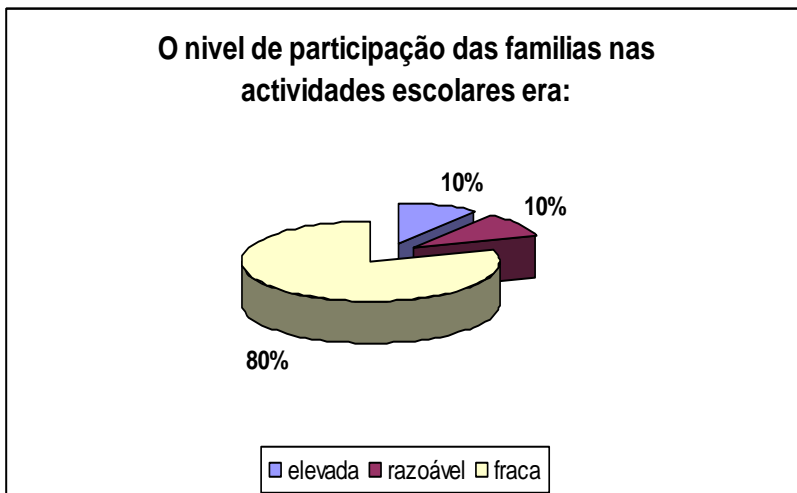


Gráfico 3.1.6

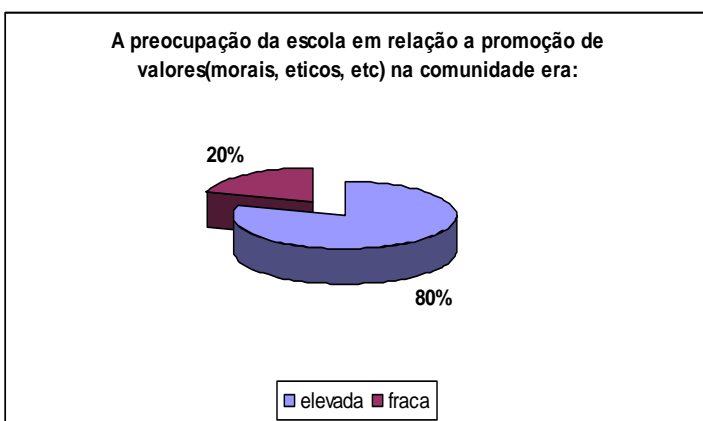


Gráfico 3.1.7

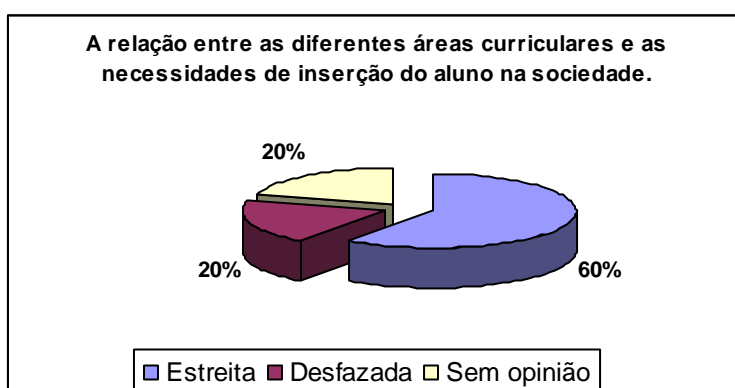


Gráfico 3.1.8



Gráfico 3.1.9

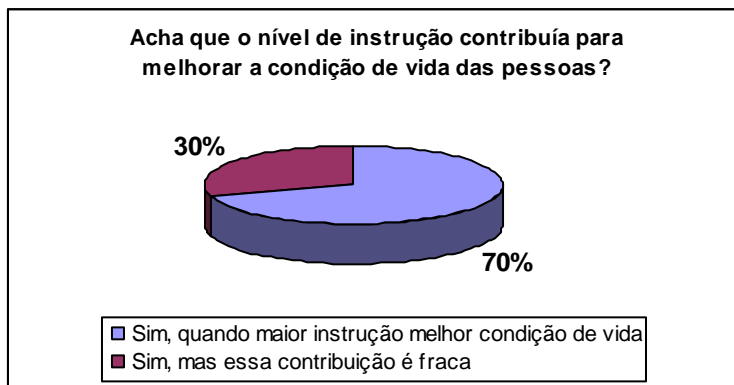


Gráfico 3.1.10

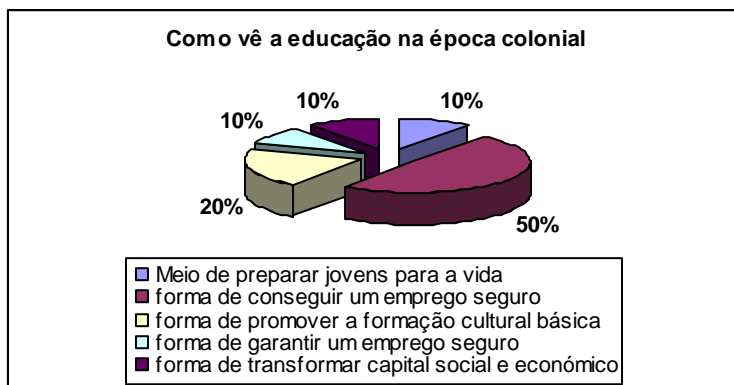


Gráfico 3.1.11

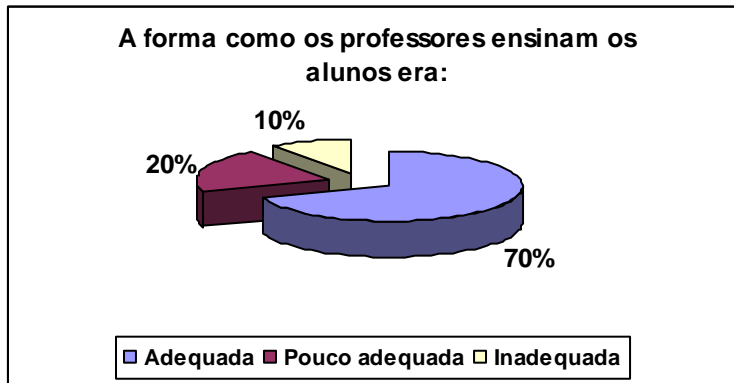


Gráfico 3.1.12

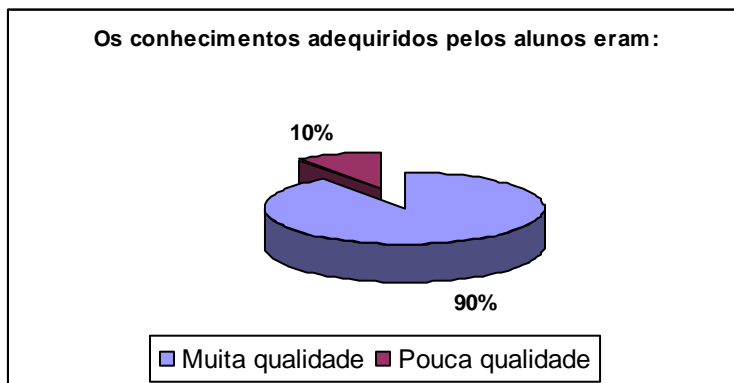


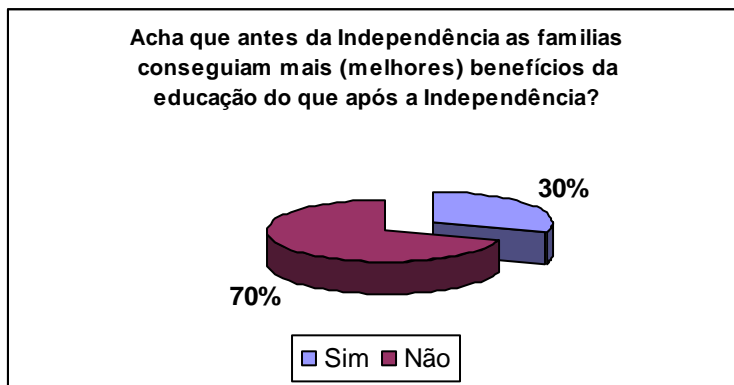
Gráfico 3.1.13



Gráfico 3.1.14



Gráfico 3.1.15



3.2- Gráficos relativos aos inquéritos em relação ao sistema educativo na época pós-colonial

Gráfico 3.2.1

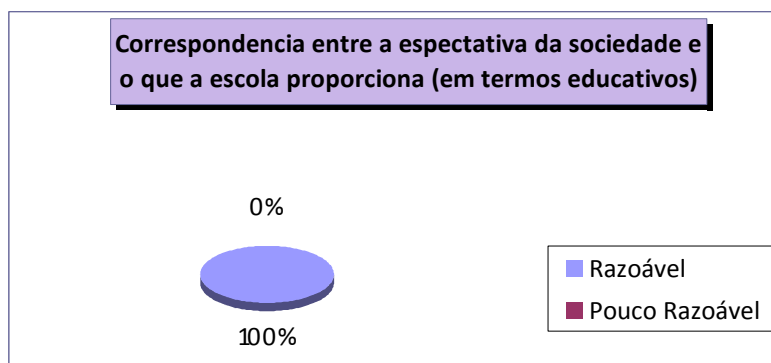


Gráfico 3.2.2

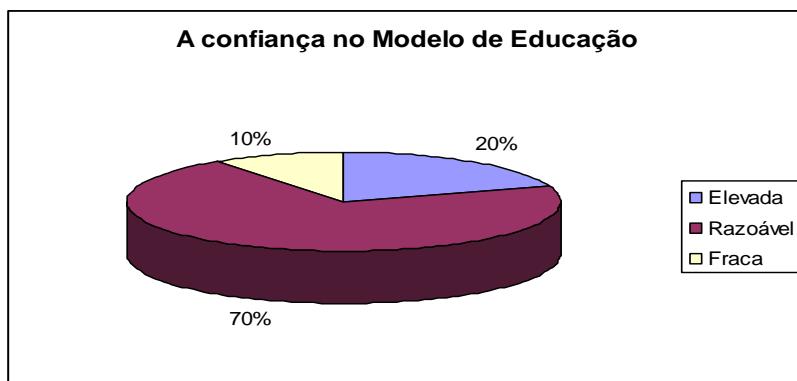


Gráfico 3.2.3

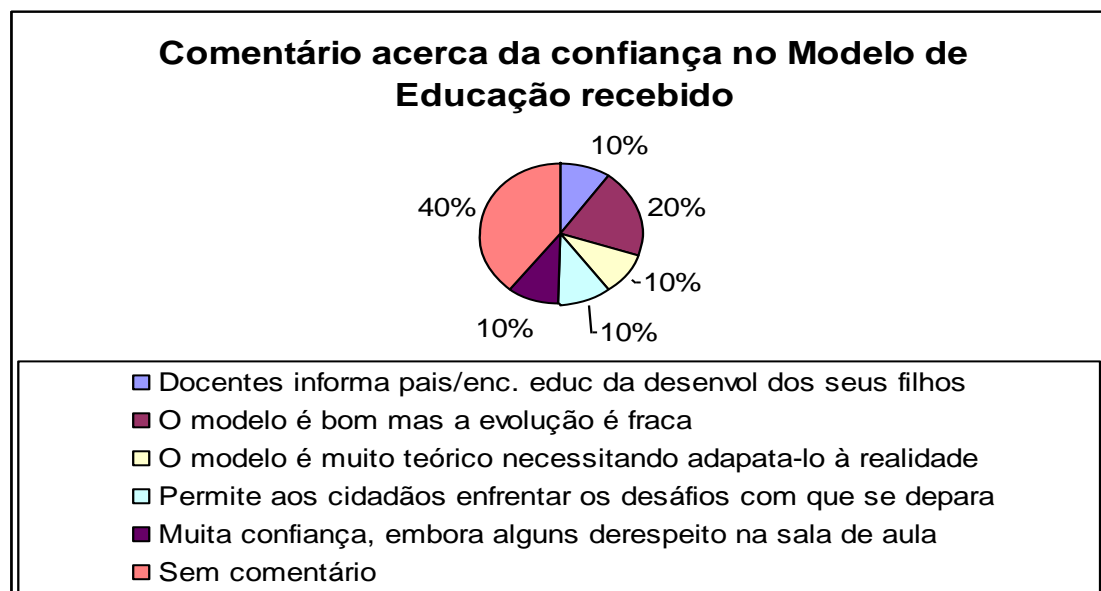


Gráfico 3.2.4

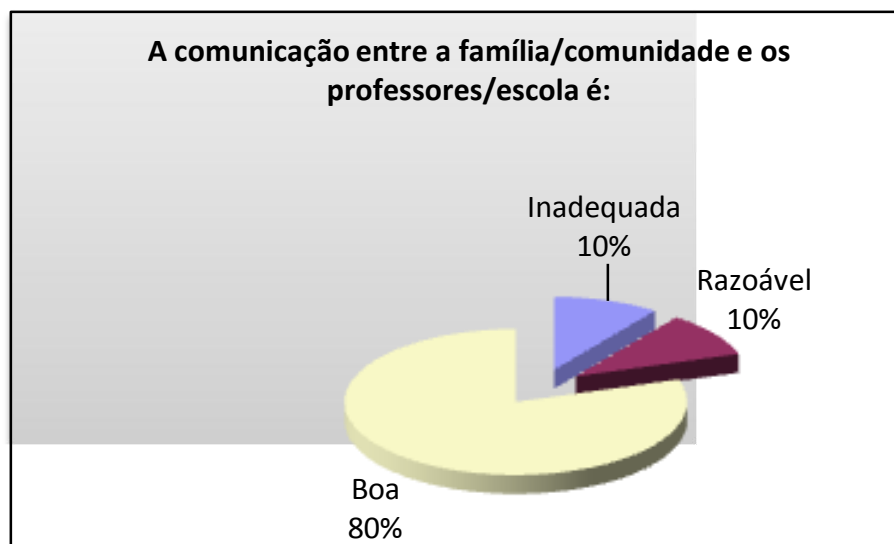


Gráfico 3.2.5

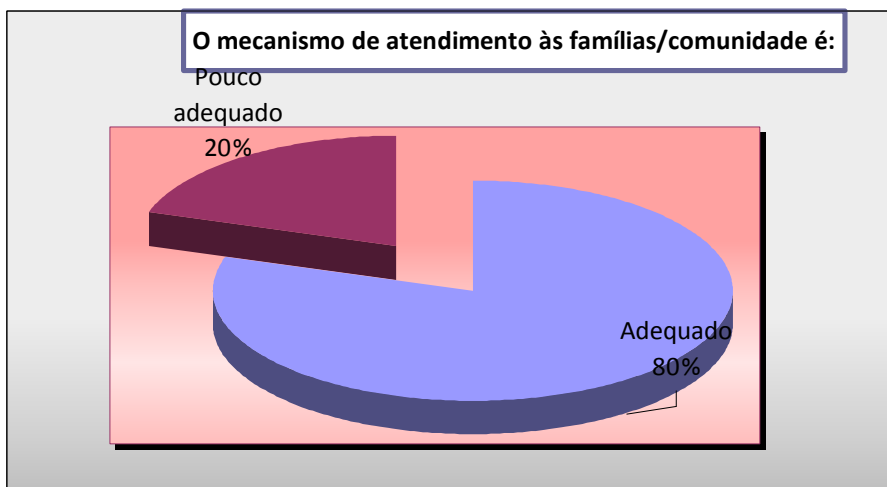


Gráfico 3.2.6

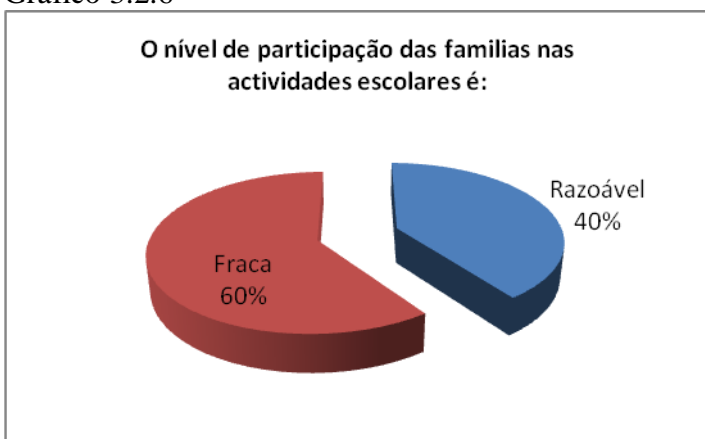


Gráfico 3.2.7



Gráfico 3.2.8

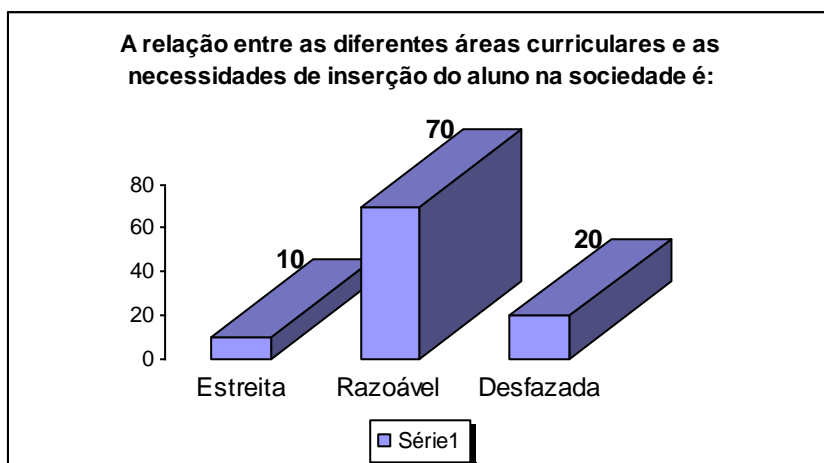


Gráfico 3.2.9

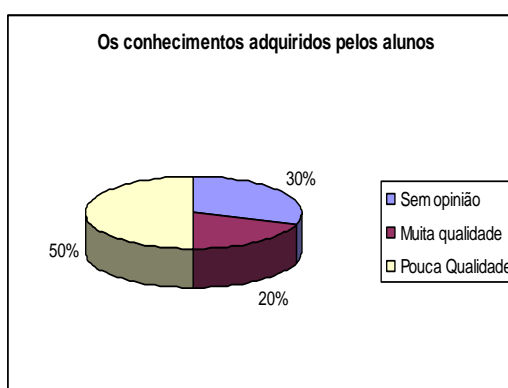
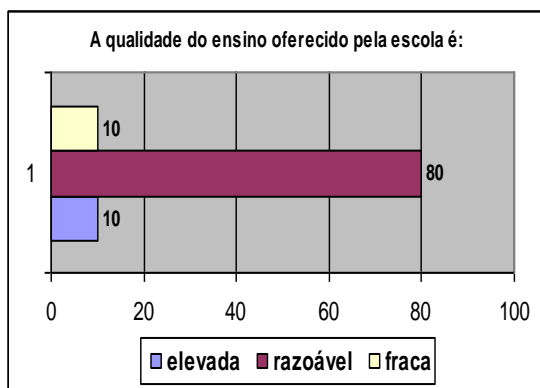


Gráfico 3.2.10

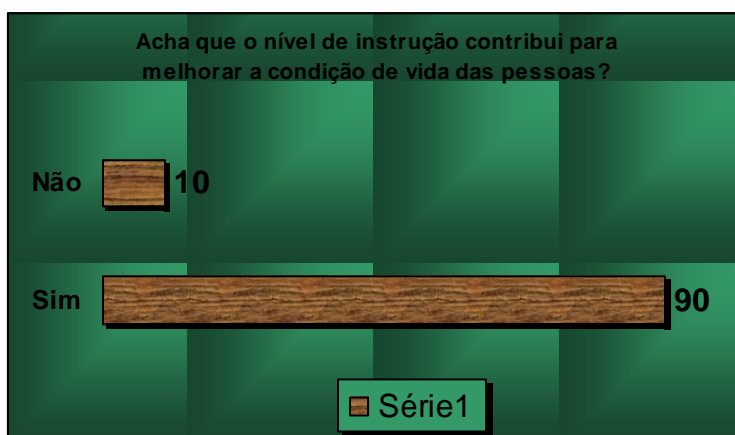


Gráfico 3.2.11- Benefícios conseguidos com as reformas de educação

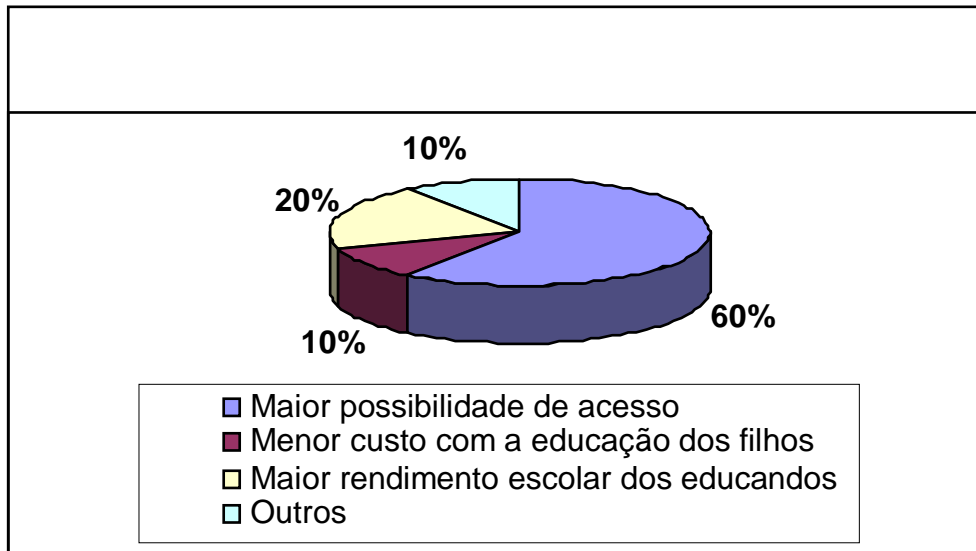


Gráfico 3.2.12

